

CONTRATO Nº 001/2014



PLANO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR, SANTO AMARO E SAUBARA

RELATÓRIO PARCIAL TOMO V - AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA FASE 1 - MARCO REFERENCIAL

GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA

Rui Costa

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA E SANEAMENTO

Cássio Ramos Peixoto
Secretário

SUPERINTENDÊNCIA DE SANEAMENTO

Carlos Fernando Gonçalves de Abreu
Superintendente

DIRETORIA DE SANEAMENTO URBANO

Geraldo de Senna Luz
Diretor

Anésio Miranda Fernandes
Coordenador

GRUPO DE ACOMPANHAMENTO TÉCNICO – GAT

Engenheiro Civil	Carlos Fernando Gonçalves de Abreu
Engenheiro Civil	Anésio Miranda Fernandes
Analista Técnica	Tônia Maria Dourado Vasconcelos
Engenheira Civil	Renata Silveira Fraga
Engenheira Civil	Márcia Faro Dantas
Engenheiro Civil	Antonio Carlos Fiscina Mesquita
Engenheiro Agrônomo	Leonardo de Sousa Lopes

GEOHIDRO CONSULTORIA SOCIEDADE SIMPLES LTDA.

COORDENAÇÃO GERAL

Carlos Francisco Cruz Vieira

GERÊNCIA DE CONTRATO

Carlos Alberto Carvalho Heleno

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Engº. Civil e Sanitarista Edson Salvador Ferreira

EQUIPE TÉCNICA

Bióloga	Daniela Reitermajer
Engenheiro Civil	Cláudio Vinícius Trigueiro Vidal
Engenheiro Civil e Sanitarista	José Geraldo Barreto
Engenheiro Civil	Leonardo Muller Adaime
Engenheira Ambiental	Raquel Pereira de Souza
Engenheira Sanitarista e Ambiental	Alessandra da Silva Faria
Engenheira Sanitarista e Ambiental	Renata Ramos Pinto
Engenheira Sanitarista e Ambiental	Olga Braga Oliveira
Engenheira Sanitarista	Thaíse Ithana de Souza França
Engenheiro Sanitarista	Nilvam Santos Conceição
Demógrafo	Joilson Rodrigues de Souza
Geógrafo	Myron Paterson Neto
Designer Gráfico	Carlos Eduardo Araújo
Estagiária	Jamile Leite Bulhões
Estagiária	Raysa Paula Rosa Rocha

RELATÓRIO PARCIAL

TOMO V - AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

FASE 1 – DEFINIÇÃO DO CONTEXTO

VOLUME 01 – RELATÓRIO DA QUALIDADE AMBIENTAL

RELATÓRIO PARCIAL 1- CAPÍTULO 01 AO 07 – MARCO REFERENCIAL

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA.....	10
1.1.1. Contexto Regional	11
1.1.2. Responsabilidades e Organização Institucional e Gerencial para o desenvolvimento e aprovação da AAE	20
1.2 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO ESTRATÉGICO	21
1.2.1. Apresentação e Contextualização das razões que fundamentam a AAE	21
1.2.2. Especificação dos objetivos e resultados	22
1.3 REGIÃO DE ESTUDO	23
1.3.1. Critérios de Definição da Região de Estudo	23
1.3.2. Caracterização da Região de Estudo	24
1.3.2.1. Área de Influência Estratégica.....	24
1.3.2.2. Área de Influência Direta	24
1.3.2.2.1 – Salvador	25
1.3.2.2.2 - Lauro de Freitas	28
1.3.2.2.3 - Simões Filho	29
1.3.2.2.4 – Pojuca	31
1.3.2.2.5 - São Sebastião do Passé	32
1.3.2.2.6 - Mata de São João	33
1.3.2.2.7 – Candeias	35
1.3.2.2.8 - São Francisco do Conde.....	36
1.3.2.2.9 - Madre de Deus.....	38
1.3.2.2.10 - Santo Amaro	39
1.3.2.2.11 – Saubara.....	40
1.3.2.2.12 – Camaçari	42

1.3.2.2.13 - Dias D'Ávila	43
1.3.2.2.14 - Vera Cruz	44
1.3.2.2.15 – Itaparica	45
REFERÊNCIAS	47

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. 1 - Evolução Territorial da Região Metropolitana de Salvador (RMS)	12
Figura 1. 2 - Evolução do PIB dos 15 municípios alvo do PLANO	13
Figura 1. 3 - Projeção da População da Região Metropolitana de Salvador, Santo Amaro e Saubara	15
Figura 1. 4 – Principais Mananciais e Sistemas de Abastecimento de Água da RMS	19
Figura 1. 5 – Área de Influência Estratégica: Bacias Hidrográficas	24
Figura 1. 6 – Mapa da Área de Abrangência do Estudo (RMS, Santo Amaro e Saubara)	25
Figura 1. 7 – Projeção Populacional para o Município de Salvador	26
Figura 1. 8 – Composição do IDHM – Município de Salvador	27
Figura 1. 9 – Projeção Populacional para o Município de Lauro de Freitas	28
Figura 1. 10 – Composição do IDHM – Município de Lauro de Freitas	28
Figura 1. 11 – Projeção Populacional para o Município de Simões Filho	29
Figura 1. 12 – Composição do IDHM – Município de Simões Filho	30
Figura 1. 13 – Projeção Populacional para o Município de Pojuca	31
Figura 1. 14 – Composição do IDHM – Município de Pojuca	31
Figura 1. 15 – Projeção Populacional para o Município de São Sebastião do Passé	32
Figura 1. 16 – Composição do IDHM – Município de São Sebastião do Passé	33
Figura 1. 17 – Projeção Populacional para o Município de Mata de São João	34
Figura 1. 18 – Composição do IDHM – Município de Mata de São João - 2010	34
Figura 1. 19 – Projeção Populacional para o Município de Candeias	35
Figura 1. 20 – Composição do IDHM – Município de Candeias	36
Figura 1. 21 – Projeção Populacional para o Município de São Francisco do Conde	37
Figura 1. 22 – Composição do IDHM – Município de São Francisco do Conde	37
Figura 1. 23 – Projeção Populacional para o Município de Madre de Deus	38
Figura 1. 24 – Composição do IDHM – Município de Madre de Deus	38
Figura 1. 25 – Projeção Populacional para o Município de Santo Amaro	39
Figura 1. 26 – Composição do IDHM – Município de Santo Amaro	40
Figura 1. 27 – Projeção Populacional para o Município de Saubara	41
Figura 1. 28 – Composição do IDHM – Município de Saubara	41
Figura 1. 29 – Projeção Populacional para o Município de Camaçari	42
Figura 1. 30 – Composição do IDHM – Município de Camaçari	42
Figura 1. 31 – Projeção Populacional para o Município de Dias d’Ávila	43
Figura 1. 32 – Composição do IDHM – Município de Dias d’Ávila	44
Figura 1. 33 – Projeção Populacional para o Município de Vera Cruz	44

Figura 1. 34 – Composição do IDHM – Município de Vera Cruz	45
Figura 1. 35 – Projeção Populacional para o Município de Itaparica.....	45
Figura 1. 36 - Composição do IDHM – Município de Itaparica	46

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. 1 – Evolução Populacional histórica e projetada para os municípios do Plano de Abastecimento de Água da RMS, Saubara e Santo Amaro	14
Quadro 1. 2 – Dados Municipais da Região Metropolitana de Salvador – RMS, Santo Amaro e Saubara - 2010	16
Quadro 1. 3 – Dados Municipais da Região Metropolitana de Salvador – RMS, Santo Amaro e Saubara – Quantidade de Domicílios com Abastecimento – 2010	17
Quadro 1. 4 – Sistemas de Abastecimento de Água da RMS, Santo Amaro e Saubara – Quadro Síntese.....	18
Quadro 1. 5 – Composição do Produto Interno Bruto (PIB) do Município de Salvador	27
Quadro 1. 6 – Composição do Produto Interno Bruto (PIB) do Município de Lauro de Freitas	29
Quadro 1. 7 – Composição do Produto Interno Bruto (PIB) do Município de Simões Filho	30
Quadro 1. 8 – Composição do Produto Interno Bruto (PIB) do Município de Pojuca	32
Quadro 1. 9 – Composição do Produto Interno Bruto (PIB) do Município de São Sebastião do Passé	33
Quadro 1. 10 – Composição do Produto Interno Bruto (PIB) do Município de Mata de São João	34
Quadro 1. 11 – Composição do Produto Interno Bruto (PIB) do Município de Candeias	36
Quadro 1. 12 – Composição do Produto Interno Bruto (PIB) do Município de São Francisco do Conde.....	37
Quadro 1. 13 – Composição do Produto Interno Bruto (PIB) do Município de Madre de Deus.....	39
Quadro 1. 14 – Composição do Produto Interno Bruto (PIB) do Município de Santo Amaro	40
Quadro 1. 15 – Composição do Produto Interno Bruto (PIB) do Município de Saubara.....	41
Quadro 1. 16 – Composição do Produto Interno Bruto (PIB) do Município de Camaçari.....	43
Quadro 1. 17 – Composição do Produto Interno Bruto (PIB) do Município de Dias d'Ávila	44
Quadro 1. 18 – Composição do Produto Interno Bruto (PIB) do Município de Vera Cruz	45
Quadro 1. 19 - Composição do Produto Interno Bruto (PIB) do Município de Itaparica	46

APRESENTAÇÃO

Em 17 de fevereiro de 2014, a então Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (SEDUR) celebrou com a GEOHIDRO o Contrato nº 001/2014, referente à prestação de serviços de consultoria para a elaboração do Plano de Abastecimento de Água da Região Metropolitana de Salvador (PARMS), Santo Amaro e Saubara. Em 2015, com a criação da Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento (SIHS), pela Lei Estadual nº 13.204, de 11 de dezembro de 2014, por força do Primeiro Termo de Apostilamento ao Contrato nº 001/14, a SIHS passou a gerir o referido contrato e a acompanhar o desenvolvimento do PARMS.

O referido Plano tem como objetivo geral diagnosticar a situação atual do abastecimento de água na RMS e propor ações com viabilidade técnica, econômica e social, que garantam o fornecimento de água em quantidade e qualidade satisfatórias para as demandas nessa região, nos próximos 25 anos.

Conforme estabelecido no Termo de Referência, os documentos a serem produzidos e emitidos referentes aos estudos contratados deverão obedecer à seguinte estrutura básica:

- TOMO I – Relatório Sinopse;
- TOMO II – Relatório de Estudos Básicos, compreendendo:
 - Volume 1 – Relatório de População e Demanda;
 - Volume 2 – Relatório de Diagnóstico dos SAA (Mananciais, Barragens e Captações);
 - Volume 3 – Relatório de Diagnóstico dos SAA (Adutoras, Estações Elevatórias e Estações de Tratamento de Água);
 - Volume 4 – Relatório de Diagnóstico dos SAA (Reservatórios, Redes de Distribuição, Avaliação de Perdas Físicas e Eficiência Energética);
- TOMO III – Relatório dos Estudos de Concepção e Viabilidade;
- TOMO IV – Relatório das Diretrizes e Proposições;
- TOMO V – Relatórios da Avaliação Ambiental Estratégica, incluindo:
 - Volume 1 – Relatório da Qualidade Ambiental;
 - Volume 2 – Relatório da Avaliação Ambiental Estratégica.

O PLANO é subsidiado pela Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), a qual confere ao mesmo, sustentabilidade ambiental, econômica e social, principalmente em relação ao apoio na avaliação e na seleção das alternativas.

O presente Relatório de *Marco Referencial* tem por objetivo apresentar os objetivos e os resultados esperados com a execução da AAE em paralelo ao PLANO, bem como definir a área de abrangência dos estudos, correspondendo à primeira das cinco etapas de execução do Relatório da Qualidade Ambiental do Plano. O conjunto de etapas componentes do Relatório da Qualidade Ambiental é apresentado adiante:

- Etapa 1 – MARCO REFERENCIAL;
- Etapa 2 – QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO;
- Etapa 3 – PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL;
- Etapa 4 – LEVANTAMENTO DE CONFLITOS;
- Etapa 5 – DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO.

O presente relatório de *Marco Referencial* é composto dos capítulos apresentados adiante:

- Capítulo 1 – Contextualização da AAE, contendo o contexto do sistema de abastecimento de água na região de estudo: números e tendências e a definição das responsabilidades e organização institucional e gerencial para o desenvolvimento da AAE
- Capítulo 2 – Caracterização do Estudo Estratégico, apresentando e contextualizando as razões que fundamentam a AAE e a especificação dos objetivos e resultados;
- Capítulo 3 – Região de Estudo, definindo a área, contendo os critérios de escolha e a sua definição; e
- Capítulo 4 – Referências Bibliográficas.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

A Avaliação Ambiental Estratégica-AAE, é um instrumento de apoio à tomada de decisão que analisa aspectos estratégicos associados a um determinado processo. De acordo com Partidário (1999), a AAE consiste em um:

Procedimento sistemático e contínuo de avaliação da qualidade do meio ambiente e das consequências ambientais decorrentes de visões alternativas de desenvolvimento, incorporadas em iniciativas de **formulação** de políticas, **planos** e programas, de modo a assegurar a integração efetiva dos aspectos biofísicos, econômicos, sociais e políticos, o mais cedo possível, aos processos públicos de planejamento e tomada de decisão (PARTIDÁRIO, 1999)

Ainda de acordo com Partidário (1999), a “AAE, numa abordagem de pensamento estratégico, visa três objetivos concretos”:

1. Encorajar a integração ambiental e de sustentabilidade (incluindo os aspectos biofísicos, sociais, institucionais e econômicos), estabelecendo as condições para acomodar futuras propostas de desenvolvimento;
2. Acrescentar valor ao processo de decisão, discutindo as oportunidades e os riscos das opções de desenvolvimento e transformando problemas em oportunidades;
3. Alterar mentalidades e criar uma cultura estratégica no processo de decisão, promovendo a cooperação e o diálogo institucionais e evitando conflitos (PARTIDÁRIO, 1999)

Usualmente no Brasil, as Avaliações Ambientais Estratégicas vêm sendo aplicadas para planos ou programas já estabelecidos, consistindo em um instrumento de controle, ou seja, a AAE, nestes casos, representa uma ferramenta que indica ações para minimizar, reverter impactos estratégicos. A AAE proposta neste trabalho, sendo **desenvolvida de forma paralela à construção do Plano de Abastecimento**, representa uma “situação ótima”, uma vez que as diretrizes propostas poderão **atuar sobre as causas da ação e não sobre os seus efeitos**.

O foco da AAE é conferir sustentabilidade ao PLANO, principalmente no que está associado ao apoio na avaliação e na seleção das alternativas.

A AAE deve estar suportada por uma estrutura metodológica compatível com a expectativa dos resultados esperados a partir do uso e aplicação desse instrumento de planejamento ambiental.

Assim, a estrutura para o desenvolvimento da AAE contará com três fases, descritas a seguir:

- Fase 1 – Definição do Contexto;
- Fase 2 – Avaliação Ambiental das Alternativas; e
- Fase 3 – Diretrizes e Proposições.

Adicionalmente, a AAE incorpora a relação do estudo (AAE) com a sociedade, com a execução da atividade Participação Social, a qual permeia todas as três fases da AAE. A seguir estas fases estão descritas.

FASE 1 – DEFINIÇÃO DO CONTEXTO

PRIMEIRA ETAPA — Marco Referencial — consta desta fase inicial breve introdução sobre o Plano, formando um referencial para esclarecer a melhor forma de conduzi-lo. É feita, ainda, a caracterização do objeto da AAE e da região de estudo (área de abrangência) e são indicados os principais objetivos e resultados esperados.

SEGUNDA ETAPA — Quadro de Referência Estratégico — consiste na definição do contexto legal e institucional em que a AAE estará inserida, permitindo uma análise integrada de todos os fatores que podem influenciar o desenvolvimento da região.

TERCEIRA ETAPA — Diagnóstico Estratégico — considera as atividades que influenciam a dinâmica da região, sejam elas de ordem econômica, social, ambiental ou institucional. Consiste na identificação dos fatores críticos e na análise dos processos estratégicos e suas interações com o meio ambiente. Este diagnóstico conterá a análise focada sobre a atual situação da região de abrangência do estudo.

FASE 2 – AVALIAÇÃO AMBIENTAL DAS ALTERNATIVAS

QUARTA ETAPA — Indicação da Alternativa mais Sustentável — terá como referência a Visão de Futuro e os Objetivos de Sustentabilidade que vão orientar a construção do futuro desejado para a região de estudo. Será realizada a avaliação ambiental das alternativas, a partir da seleção proposta pelo PLANO, com base nas oportunidades e nas ameaças identificadas.

FASE 3 – DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES

QUINTA ETAPA — Diretrizes e Recomendações — trata-se da apresentação das diretrizes e recomendações para subsidiar a tomada de decisão envolvendo a avaliação das alternativas. Serão, também, indicados os procedimentos de monitoramento e gestão das recomendações propostas.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Estrutura de Acompanhamento e de Participação — consiste na formação do Grupo de Acompanhamento Técnico (GAT), formado pelo Estado, e do Comitê de Acompanhamento, composto pelos atores sociais relevantes que participarão das diferentes fases do processo de construção do PLANO e na realização da Consulta Pública.

Como escopo da Participação Social, serão ainda realizadas reuniões de apresentação dos resultados aos municípios.

1.1.1. Contexto Regional

O Estado da Bahia é composto por 417 municípios que reúnem cerca de 15 milhões de habitantes (IBGE, 2010). Os municípios da Bahia estão distribuídos em 27 Territórios de Identidade (TI). Estes territórios foram constituídos a partir da especificidade de cada região e são reconhecidos pelo Governo da Bahia com o objetivo de identificar prioridades temáticas definidas a partir da realidade local, possibilitando o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões (BAHIA, 2014). Dentre os Territórios de Identidade, o TI nº26 - Metropolitano de Salvador compõe a maior parte dos municípios integrantes da RMS, com exceção de Pojuca e Mata de São João (TI nº18 - Litoral Norte e Agreste Baiano); e São Sebastião do Passé (TI nº21 – Recôncavo). Ainda inseridos no TI nº21 – Recôncavo estão os municípios de Santo Amaro e Saubara (SEPLAN, 2014).

A Região Metropolitana de Salvador foi instituída em 1973, compreendendo apenas oito municípios: Salvador, Camaçari, Candeias, Itaparica, Lauro de Freitas, São Francisco do Conde, Simões Filho e Vera Cruz. Com a emancipação de Dias D'Ávila em relação a Camaçari e de Madre de Deus em relação a Salvador, em 1985 e 1989, respectivamente, a RMS passou a contar com 10 municípios. Com os posteriores ingressos de São Sebastião do Passé e Mata de São João, em 2008, e Pojuca, em 2009, assumiu a sua atual configuração, contando com um total de 13 municípios, onde se concentra a maior economia do estado da Bahia.

A **Figura 1.1** retrata o crescimento territorial da RMS até o ano de 2009, configuração vigente em 2014. Segundo SEI (2013), a RMS atualmente ocupa uma área de 4.375,123 km². Destaca-se que além da RMS, o PLANO compreende ainda dois municípios: Santo Amaro e Saubara.

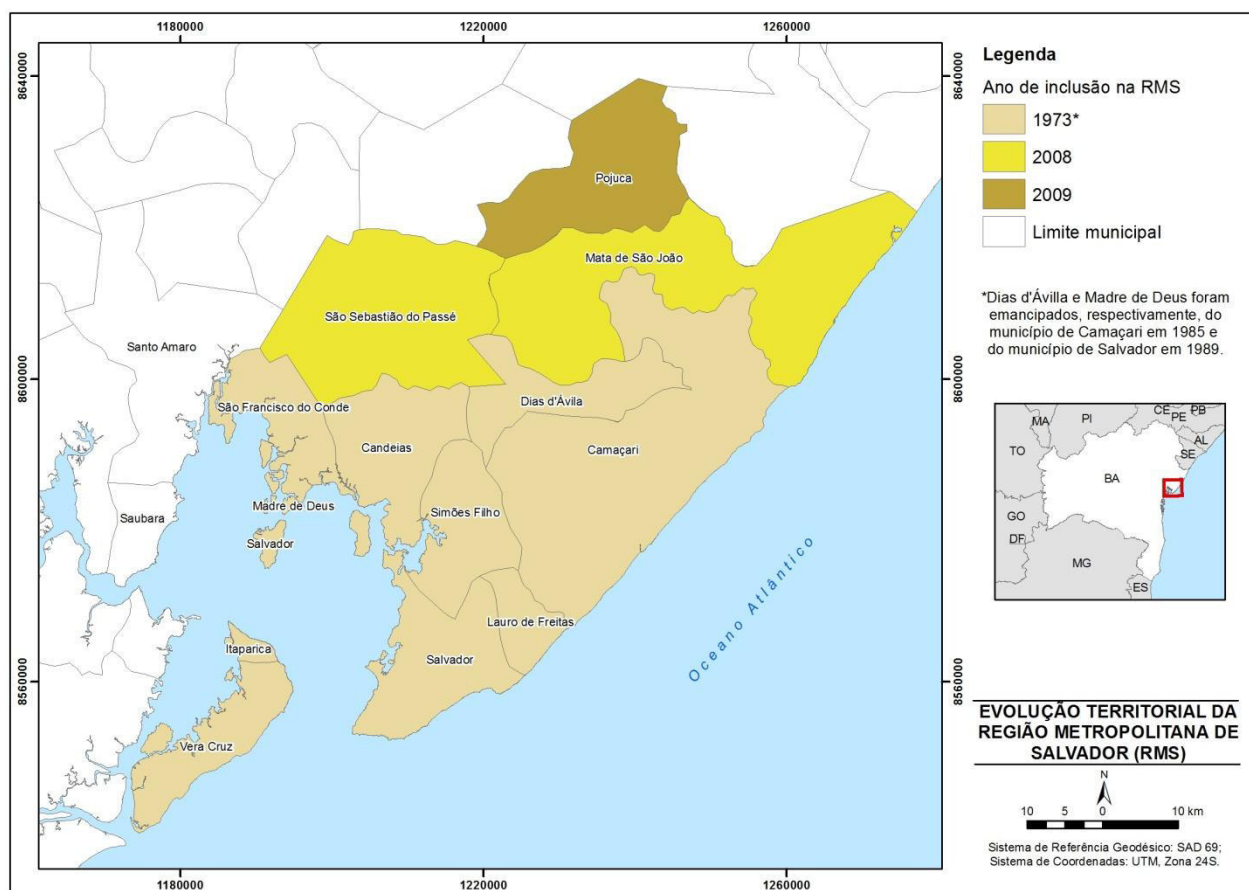


Figura 1. 1 - Evolução Territorial da Região Metropolitana de Salvador (RMS)

Fonte: Geohidro, 2014.

Os quinze municípios objeto do PLANO possuem características econômicas e sociais diferenciadas, destacando-se na economia a presença de indústrias químicas e a exploração, transporte e refino de petróleo, além do setor de serviços em Salvador gerando um PIB de destaque no estado da Bahia. A **Figura 1.2** mostra a evolução do PIB total dos 15 municípios entre 1999 e 2011, verificando-se o aumento ao longo do tempo, com exceção de queda em 2011 associada principalmente à redução do PIB de São Francisco do Conde e, em menor grau, Camaçari. O PIB destes quinze municípios representou no período de 1999 a 2011, entre 45 e 55% do PIB total do estado da Bahia.

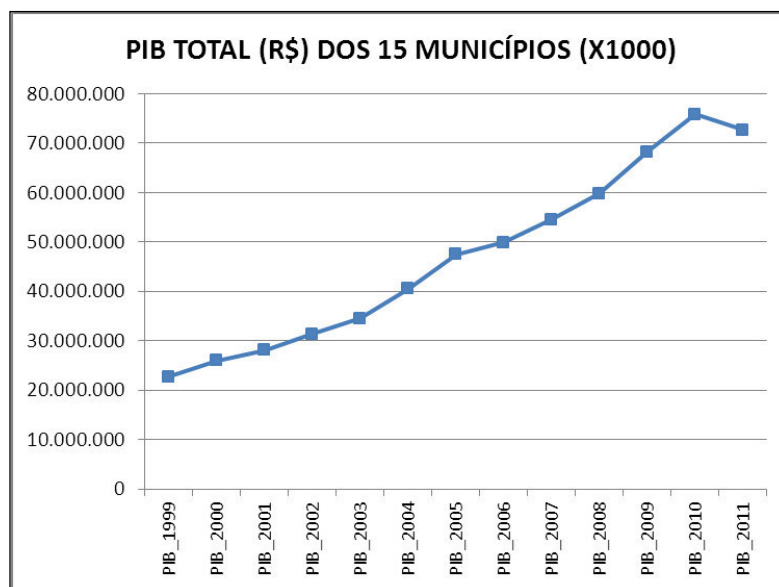


Figura 1.2 - Evolução do PIB dos 15 municípios alvo do PLANO

Fonte: IBGE e SEI.

Como região de maior importância econômica do estado (e aquela com a mais antiga ocupação a partir da colonização portuguesa), esta também se caracteriza como a de maior população. Em 1940 apenas Salvador detinha mais de 20 mil moradores dentre os 289 municípios existentes à época no estado da Bahia, sendo que 269 municípios tinham menos que 5 mil habitantes. Em 1980 apenas Salvador possuía mais de 500 mil moradores (SEI/IPEA, 2010). Ainda de acordo com SEI/IPEA (2010), em 40 anos foi observado que o crescimento da quantidade e do porte demográfico das cidades da Bahia colaborou para que a taxa de urbanização passasse de 24% para 50%, sendo registrado um crescimento substancial da população então estabelecida na RMS. De acordo com Dias (2003), em 2000 a RMS detinha a maior densidade demográfica da Bahia (1.291,82 hab./km²), por ter mais de 3 milhões de habitantes (23,0% do total baiano) distribuídos em 2.339 km² (0,4% do território do estado). Sobre a dinâmica populacional e taxa de crescimento da RMS entre 2000 e 2010 cabe destacar:

“A dinâmica populacional entre 2000 e 2010 (Censo do IBGE) da Região se expressa pelo significativo crescimento na maior parte dos municípios, com destaque para Camaçari (50,23%), Dias d’Ávila (46,56%) e Madre de Deus (44,37%). Dentre os 13 municípios integrantes da RMS apresentaram taxas de crescimento inferiores a 10% apenas os municípios de Salvador (9,52%), São Sebastião do Passé (5,49%), Candeias (8,30%), Itaparica (9,40%). O incremento de população da RMS no referido período foi de 453.670 habitantes”. (IPEA/SEDUR, 2013)

Os municípios integrantes da RMS apresentam elevadas taxas de urbanização, que variam de 73% (Mata de São João) a 100% (Salvador e Itaparica) apresentando inclusive, processos avançados de conurbação (SEI/IPEA, 2010).

O **Quadro 1.1** e a **Figura 1.3** sintetizam os dados históricos de população a partir de 1970 e as projeções populacionais para os municípios da RMS, Santo Amaro e Saubara, adotadas para o período de alcance do PLANO (2015 – 2040) conforme metodologia descrita no Tomo II, Volume 1, Capítulo 1.

A evolução populacional no período mostra o crescimento contínuo da população, porém a taxas decrescentes, com tendência à estabilidade em horizonte próximo ao daquele previsto para o PLANO. Esta tendência deverá se refletir no aumento da demanda de abastecimento de água para a região de estudo, considerando que o consumo humano é a principal fonte de demanda de água na RMS, Santo Amaro e Saubara.

Quadro 1. 1 – Evolução Populacional histórica e projetada para os municípios do Plano de Abastecimento de Água da RMS, Saubara e Santo Amaro

MUNICÍPIOS	1970	1980	1991	2000	2010	2015	2020	2025	2030	2040*
Camaçari	33.273	89.164	113.639	161.727	242.970	276.910	310.701	345.544	380.379	451.522
Candeias	34.195	54.081	67.941	76.783	83.158	85.786	87.188	87.824	87.591	84.181
Dias d'Ávila	-	-	31.260	45.333	66.440	75.505	84.589	94.049	103.471	122.945
Itaparica	8.391	10.877	15.055	18.945	20.725	21.524	22.112	22.577	22.853	22.909
Lauro de Freitas	10.007	35.431	69.270	113.543	163.449	186.219	208.833	231.701	254.168	299.289
Madre de Deus	-	-	9.183	12.036	17.376	19.469	21.446	23.369	25.192	28.592
Mata de São João	27.188	32.661	30.535	32.568	40.183	43.913	47.425	50.854	54.029	59.941
Pojuca	12.070	16.112	22.485	26.203	33.066	36.635	39.963	43.211	46.265	51.909
Salvador	1.007.195	1.502.013	2.075.273	2.443.107	2.675.656	2.805.319	2.893.062	2.953.737	2.986.698	3.006.742
Santo Amaro	46.411	57.937	54.160	58.414	57.800	57.408	56.389	55.025	53.265	48.316
São Francisco do Conde	20.738	17.838	20.238	26.282	33.183	36.705	40.008	43.244	46.275	51.922
São Sebastião do Passé	24.871	32.312	36.825	39.960	42.153	43.109	43.535	43.652	43.366	41.554
Saubara	-	-	8.016	10.193	11.201	11.697	12.092	12.453	12.730	13.089
Simões Filho	22.019	43.571	72.526	94.066	118.047	129.533	139.928	149.854	158.833	174.514
Vera Cruz	12.003	13.749	22.136	29.750	37.567	41.626	45.609	49.619	53.507	61.220
Total	1.258.361	1.905.746	2.648.542	3.188.910	3.642.974	3.871.357	4.052.881	4.206.712	4.328.621	4.462.528
Tx. de cresc. a.a. entre períodos	-	4,24%	3,04%	2,08%	1,34%	1,22%	0,92%	0,75%	0,57%	0,31%

Fonte: Geohidro (2014) a partir de dados de 1970 a 2010 – IBGE; 2015 a 2030 – SEI-CEDEPLAR/UFMG; 2040 Geohidro (2014)

Os principais vetores do dinamismo da região são os serviços e as indústrias. No Litoral Norte do Estado, a atividade turística se torna cada vez mais expressiva, e se constitui em grande vetor da dinâmica urbana da região. O município de Salvador configura-se como o principal centro urbano do Estado da Bahia, concentrando as mais importantes atividades e serviços, além de ocupar o primeiro lugar em população e PIB no estado (IPEA/SEDUR, 2013).

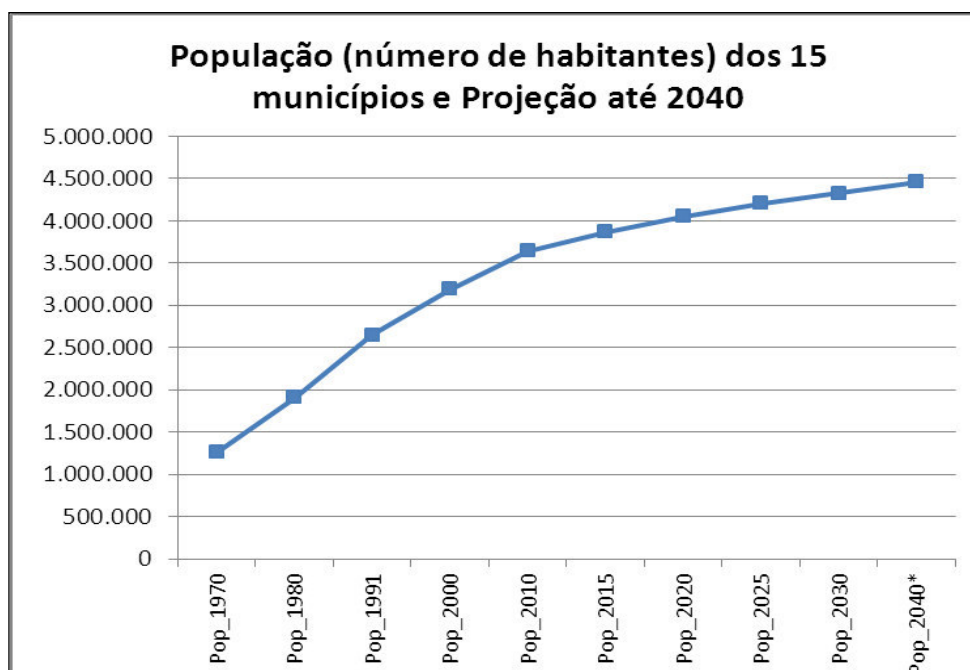


Figura 1.3 - Projeção da População da Região Metropolitana de Salvador, Santo Amaro e Saubara

Fonte: Geohidro (2014) a partir de dados de 1970 a 2010 – IBGE; 2015 a 2030 – SEI-CEDEPLAR/UFGM; 2040 Geohidro (2014)

O **Quadro 1.2** apresenta dados socioeconômicos dos municípios da Região Metropolitana de Salvador, Santo Amaro e Saubara. Verificam-se elevadas taxas de urbanização e IDHM municipal considerado alto. O IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal é calculado a partir de três IDH (Longevidade, Educação e Renda), com base em mais de 180 indicadores socioeconômicos, conforme Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, IPEA e FJP, 2013) e pode ser classificado da seguinte forma:

- Muito Baixo: IDHM abaixo de 0,499;
- Baixo: IDHM entre 0,500 e 0,599;
- Médio: IDHM entre 0,600 e 0,699;
- Alto: IDHM entre 0,700 e 0,799; e
- Muito Alto: IDHM acima de 0,800.

Considerando esta classificação, verifica-se que dentre os 15 municípios envolvidos no PLANO, a maior parte insere-se no grupo com IDHM Médio, com exceção de Salvador e Lauro de Freitas, com IDHM Alto.

Já o Índice de Gini mostra a desigualdade da distribuição de renda. Este índice oscila entre 0 e 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade (todos têm a mesma renda) e o valor 1 significa completa desigualdade de renda (uma só pessoa detém toda a renda do lugar). Verificam-se índices semelhantes entre os municípios foco do estudo, sendo que para o estado da Bahia em 2010, o índice de Gini foi de 0,5510.

Quadro 1.2 – Dados Municipais da Região Metropolitana de Salvador – RMS, Santo Amaro e Saubara - 2010

MUNICÍPIO	ÁREA (KM²)	POPULAÇÃO	TAXA DE URBANIZAÇÃO	PIB PER CAPITA (R\$)	IDH-M	ÍNDICE DE GINI
Camaçari	784,66	242.970	95,47	55.063,52	0,694	0,5458
Candeias	258,36	83.158	91,39	50.613,49	0,691	0,5120
Dias d'Ávila	184,23	66.440	94,03	32.732,93	0,676	0,5337
Itaparica	118,04	20.725	100,00	5.541,28	0,670	0,6035
Lauro de Freitas	57,69	163.449	100,00	19.313,00	0,754	0,6519
Madre de Deus	32,20	17.376	97,00	16.264,62	0,708	0,5631
Mata de São João	633,19	40.183	74,22	8.753,35	0,668	0,5866
Pojuca	290,11	33.066	85,82	30.545,16	0,666	0,5250
Salvador	693,29	2.675.656	99,97	13.728,08	0,759	0,6449
São Francisco do Conde	262,86	33.183	82,55	296.884,69	0,674	0,5198
São Sebastião do Passé	538,32	42.153	78,55	9.548,96	0,657	0,5464
Simões Filho	201,22	118.047	89,63	31.266,42	0,675	0,5258
Vera Cruz	299,73	37.567	93,82	6.585,11	0,645	0,5787
Santo Amaro	492,92	57.800	77,45	6.598,49	0,646	0,5690
Saubara	163,50	11.201	97,74	6.041,88	0,617	0,5005

Fonte: área, população, PIB e IDHM: IBGE- Cidades; Taxa de Urbanização, e Índice de Gini: PNUD, IPEA e FJP – todos os dados referem-se ao ano de 2010.

O **Quadro 1.3** mostra dados relativos ao abastecimento de água.

Quadro 1.3 – Dados Municipais da Região Metropolitana de Salvador – RMS, Santo Amaro e Saubara – Quantidade de Domicílios com Abastecimento – 2010

MUNICÍPIO	Domicílios particulares permanentes SEM água canalizada ou outra forma de abastecimento de água	Domicílios particulares permanentes COM água canalizada ou outra forma de abastecimento de água	% do total dos domicílios com abastecimento de água
Camaçari	2.467	71.454	96,7
Candeias	1.315	23.606	94,7
Dias d'Ávila	990	18.933	95,0
Itaparica	813	5.521	87,2
Lauro de Freitas	555	48.899	98,9
Madre de Deus	31	5.128	99,4
Mata de São João	1.378	10.320	88,2
Pojuca	950	8.655	90,1
Salvador	5.275	853.221	99,4
São Francisco do Conde	614	8.822	93,5
São Sebastião do Passé	1.779	10.555	85,6
Simões Filho	1.382	33.601	96,0
Vera Cruz	827	10.872	92,9
Santo Amaro	2.322	14.709	86,4
Saubara	103	3.422	97,1

Fonte: Censo IBGE, 2010.

Os municípios foco do PLANO são abastecidos por diversos sistemas de abastecimento de água, sendo os principais identificados no **Quadro 1.4** e ilustrados na **Figura 1.4**. O Sistema Integrado de Abastecimento de Água de Salvador, Lauro de Freitas e Simões Filho (SIAA de Salvador) é o principal sistema de abastecimento da RMS, utilizando como mananciais as represas de Joanes I e II; Ipitanga I e II; Santa Helena; e Pedra do Cavalo.

Esse sistema conta com três unidades de produção de água tratada para onde convergem as águas brutas dos mananciais utilizados: a ETA Principal, a ETA Bolandeira e a ETA Suburbana.

A ETA Principal é alimentada por adutoras de água bruta proveniente das represas de Pedra do Cavalo e Joanes II, esta última reforçada pela represa de Santa Helena através da adutora Santa Helena – Joanes II. A água tratada na ETA Principal abastece áreas de Salvador, Lauro de Freitas e Simões Filho.

A ETA Bolandeira recebe água bruta por meio de sistemas adutores que captam água nas represas de Joanes I e Ipitanga I, abastecendo parte de Salvador.

A ETA Suburbana tem pequena contribuição, recebendo água bruta da represa Ipitanga II e fornecendo água tratada para alguns bairros de Salvador e pequena área de Simões Filho.

Outros sistemas de abastecimento de água da RMS estão associados ao SIAA de Salvador, seja por compartilhamento de mananciais ou de suas estruturas de adução e tratamento.

Compartilham da represa Pedra do Cavalo os seguintes sistemas: SIAA de Amélia Rodrigues, Conceição do Jacuípe e Coração de Maria; SAA de Santo Amaro; SIAA do Recôncavo, que atende a sedes municipais e localidades de Candeias, Madre de Deus e São Francisco do Conde; e os sistemas de abastecimento industrial da RLAM (São Francisco do Conde), Dow Química e Cia Norte (Candeias). As represas Santa Helena e Joanes II são compartilhadas com o sistema industrial da Braskem (Camaçari); enquanto a represa de Ipitanga II é compartilhada com o sistema industrial da GERDAU (Salvador).

Quadro 1. 4 – Sistemas de Abastecimento de Água da RMS, Santo Amaro e Saubara – Quadro Síntese

SISTEMAS	ETAS	PRINCIPAIS MANANCIAIS	MUNICÍPIOS/INDÚSTRIAS ATENDIDAS
SIAA de Salvador	ETA Principal	Represas Pedra do Cavalo, Santa Helena e Joanes II	Salvador, Lauro de Freitas e Simões Filho
	ETA Bolandeira	Represas Joanes I e Ipitanga I	Salvador
	ETA Suburbana	Ipitanga II	Salvador e Simões Filho
SIAA do Recôncavo	ETA Principal	Represas Pedra do Cavalo, Santa Helena e Joanes II	Candeias, Madre de Deus e São Francisco do Conde
Abastecidos pela adutora Pedra do Cavalo - ETA Principal, com água bruta: (SIAA Amélia Rodrigues, SAA Santo Amaro, Indústrias)	ETA SIAA Amélia Rodrigues; ETA SAA Santo Amaro	Represa Pedra do Cavalo	- Sedes: Amélia Rodrigues, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Santo Amaro; - Indústrias: RLAM (S. F. Conde), Dow Química e CIA Norte (Candeias), GERDAU (Salvador)
SAA da Braskem	ETA Braskem	Represas Joanes II e Santa Helena	Braskem e indústrias do Complexo Petroquímico de Camaçari
SIAA de Saubara	ETA SIAA Saubara	Rio Grande e manancial subterrâneo da região	Saubara e localidades
SIAA Itaparica-Vera Cruz	ETA Itaparica - Vera Cruz	Represa no rio Tapera	Itaparica, Vera Cruz e localidades
Sistemas Isolados do Litoral Norte	Diversas (Simples Desinfecção)	Aquífero São Sebastião	Sedes municipais de Camaçari; Dias d'Ávila; Mata de São João; São Sebastião do Passé
Outros Sistemas do Litoral Norte	Diversas	Rio Una, rio Pojuca, rio Sauípe, Aquífero São Sebastião	Sede municipal de Pojuca; localidades de Camaçari, Dias d'Ávila, Mata de São João, São Sebastião do Passé

Fonte: Geohidro, 2014



Figura 1. 4 – Principais Mananciais e Sistemas de Abastecimento de Água da RMS

Fonte: Geohidro, 2014

Dentre os sistemas acima relacionados, os que se utilizam da represa Pedra do Cavalo têm sua demanda incluída na parcela da vazão regularizada alocada para o SIAA de Salvador, de 21 m³/s. Os sistemas citados, excetuando-se Braskem e GERDAU, também compartilham da Adutora Principal (adutora de água bruta Pedra do Cavalo – ETA Principal) do SIAA de Salvador.

O SIAA do Recôncavo ainda compartilha da estação de tratamento de água (ETA Principal) do SIAA de Salvador.

Em conjunto, as demandas do SIAA de Salvador e dos sistemas a ele associados, acima referidos, representam cerca de 90% das demandas de abastecimento da RMS.

Os demais sistemas de abastecimento da RMS estão localizados predominantemente sobre a Bacia Sedimentar do Recôncavo, incluindo os municípios de Camaçari, Dias d'Ávila, Mata de São e São Sebastião do Passé. As grandes reservas de águas subterrâneas existentes nessa região, principalmente nos domínios do aquífero São Sebastião, são determinantes para que esse aquífero seja o principal manancial utilizado, tanto nas sedes municipais desses municípios como em suas localidades litorâneas. Apenas nos extremos norte e nordeste da RMS, a sede municipal de Pojuca, uma pequena porção do município de Camaçari, e algumas localidades de Mata de São João se utilizam dos recursos superficiais ali existentes.

Inserido na bacia do Recôncavo Sul, existe ainda o SIAA de Itaparica e Vera Cruz que atende às sedes municipais e outras localidades desses municípios.

1.1.2. Responsabilidades e Organização Institucional e Gerencial para o desenvolvimento e aprovação da AAE

A elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) da Proposta de Plano de Abastecimento de Água da Região Metropolitana de Salvador (RMS), Santo Amaro e Saubara é uma iniciativa da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR) do Governo do Estado da Bahia. Foi motivada pelas demandas crescentes relacionadas à dinâmica socioeconômica da RMS e pela necessidade de atualização do Plano de Abastecimento de Água que foi elaborado em 1998 e possui um horizonte de projeto (ano 2016) próximo de ser alcançado.

A AAE será realizada em paralelo aos estudos de engenharia, sob coordenação específica, com o apoio do Laboratório Interdisciplinar de Meio Ambiente (LIMA) e participação de consultores especialistas nos diversos temas a serem abordados.

Durante todo o processo de elaboração da AAE será fundamental a atuação da sua coordenação no sentido de provocar a interação com a equipe de engenharia, o que garantirá os resultados esperados.

O acompanhamento do cronograma e a aprovação dos produtos estarão sob a responsabilidade da SEDUR e mais especificamente, de um grupo específico, formado por instituições diversas, denominado Grupo de Acompanhamento Técnico (GAT).

O **GAT** será formado pela própria SEDUR e poderá conter representantes de outros órgãos estaduais, a exemplo da SEDUR e Embasa. O objetivo do GAT é o acompanhamento técnico e a validação dos produtos a serem gerados.

Além do GAT, o qual representa um acompanhamento institucional por parte do Contratante, será criado no âmbito da própria AAE o **Comitê de Acompanhamento**. O processo de participação da sociedade se dará por meio deste Comitê de Acompanhamento, o qual será formado a partir da execução de procedimento de entrevistas em todos os 15 municípios componentes do PLANO para identificação e análise dos atores sociais relevantes e dos processos participativos existentes na sua região de abrangência.

É importante que o Comitê seja representativo e equilibrado e tenha condições de contribuir com conhecimentos e informações da região para as análises a serem realizadas ao longo do desenvolvimento da

AAE. Deverão ocorrer três reuniões específicas para validação da AAE e do PLANO, considerando os resultados obtidos nas diversas fases da AAE. Para tal, serão disponibilizados relatórios de cada fase na *web*, em um *site* criado e especificamente formatado para receber os produtos a serem apresentados e discutidos nas reuniões do Comitê de Acompanhamento.

1.2 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO ESTRATÉGICO

1.2.1. Apresentação e Contextualização das razões que fundamentam a AAE

O Plano de Abastecimento de Água da RMS, Saubara e Santo Amaro será composto de: estudos populacionais e de demanda para o abastecimento; avaliação do regime hidrológico; análise de programas dos órgãos em diferentes esferas; análise técnica; estudo operacional da concepção dos sistemas de abastecimento de água existentes visando adequações para o horizonte de plano (2040). Seus objetivos são:

- Diagnosticar a situação atual do abastecimento de água e seus impactos nas condições de vida da população, utilizando sistemas de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos, identificando as causas das deficiências detectadas;
- Definir objetivos e metas de curto, médio e longo prazo para a universalização dos sistemas, admitindo soluções graduais e progressivas, devendo ser observada a compatibilidade com os planos municipais ou setoriais existentes;
- Possibilitar o planejamento das ações para elaboração de novos estudos, projetos e execução de obras;
- Definir as diretrizes e critérios para projetos de abastecimento de água na região, devendo estar compatíveis com os planos das bacias hidrográficas em que estiverem inseridos;
- Buscar a integração das ações relativas à expansão dos sistemas, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais e com outros planos de governo correlatos, identificando possíveis fontes de financiamento;
- Definir ações para emergências e contingências;
- Definir mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas;
- Estabelecer diretrizes gerais que ofereçam informações consolidadas para os municípios, contribuindo para a sua estruturação física e social;
- Contribuir para a minimização de custos, maximização de benefícios; e
- Buscar o uso racional da água, da energia e a preservação do meio ambiente.

A água de qualidade é um recurso para o qual se prevê uma crescente escassez mundial. A Região Metropolitana de Salvador é privilegiada no quesito disponibilidade de água em função da ampla malha hídrica. Entretanto, duas questões chamam a atenção com relação ao uso da água: o grau de perda no processo de abastecimento e a precariedade do controle de uso do solo e da água nas bacias, conforme demonstram os estudos em curso no âmbito do presente PLANO.

O PLANO envolve um horizonte de planejamento para 2040, concebendo as alternativas para o abastecimento dos 15 municípios foco, processo no qual se insere a AAE, avaliando as tendências futuras e subsidiando a escolha das melhores alternativas do ponto de vista estratégico. Dentre os objetivos de um processo de AAE citados no item 1 deste relatório, destacam-se aqueles diretamente associados ao PLANO:

- contribuição para um processo de decisão ambiental e sustentável;
- definição de condições amplas e integradas para o desenvolvimento futuro; e
- definição de estratégias associadas a caminhos para atingir os objetivos pretendidos.

No Brasil, as Avaliações Ambientais Estratégicas vem sendo usualmente aplicadas para planos ou programas já estabelecidos, consistindo em um instrumento de controle, ou seja, nestes casos a AAE representa uma ferramenta que indica ações para minimizar ou reverter impactos. A AAE proposta neste trabalho, sendo desenvolvida de forma paralela à construção do Plano de Abastecimento, representa uma “situação ótima”, uma vez que as diretrizes propostas poderão atuar sobre as causas da ação e não sobre os seus efeitos.

As políticas, planos, programas e projetos previstos para execução na região de estudo serão considerados já durante a execução do PLANO e o diagnóstico estratégico subsidiará a comparação das alternativas estratégicas. O estabelecimento das questões estratégicas é objeto de relatório posterior a este, mas destacam-se a seguir algumas destas questões que serão fundamentais para a seleção comparada das alternativas estratégicas:

- usuários dos recursos hídricos;
- vulnerabilidade dos recursos hídricos;
- dinâmica dos ecossistemas e biodiversidade terrestre;
- dinâmica dos ecossistemas e biodiversidade aquática;
- desenvolvimento humano;
- saúde da população
- desenvolvimento urbano; e
- dinâmica econômica.

A análise destas (e, eventualmente outras) questões estratégicas subsidiará as decisões a serem tomadas no PLANO, especialmente com relação às alternativas e seus impactos estratégicos, considerando as questões sociais, econômicas e ambientais, propondo diretrizes de controle e minimização conferindo sustentabilidade ao PLANO.

1.2.2. Especificação dos objetivos e resultados

O objetivo da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) é identificar e avaliar as implicações ambientais, sociais e econômicas do abastecimento de água da RMS, Santo Amaro e Saubara por meio de uma análise prospectiva, incorporando critérios ambientais e de sustentabilidade na formulação do Plano de Abastecimento de Água, propiciando a identificação e avaliação de alternativas de abastecimento mais sustentáveis. Com a elaboração do diagnóstico estratégico será possível determinar as oportunidades e ameaças de cada alternativa avaliada, verificando-se as implicações ambientais e sociais de cada uma delas, hierarquizando as opções de menor dano ambiental, minimizando riscos e conflitos e ampliando-se as oportunidades para a sustentabilidade ambiental.

Para a alternativa indicada através do diagnóstico estratégico serão propostas diretrizes, recomendações e ações de monitoramento (mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas), incluindo em todo o processo a participação e o acompanhamento de grupos técnicos envolvidos, tendo em vista o controle de possíveis tensões, conflitos e expectativas previamente identificados.

Como objetivos específicos citam-se:

- Identificar e considerar a legislação incidente sobre o PLANO e a região de estudo;
- Identificar e considerar as Políticas, Planos, Programas e Projetos em implantação e previstos para a região;
- Inserir a participação social e institucional na elaboração do PLANO;
- Identificar e analisar as questões estratégicas associadas à elaboração do PLANO subsidiando a posterior seleção das alternativas;
- Comparar as alternativas do ponto de vista estratégico, avaliando, com base no diagnóstico, suas implicações a curto e longo prazos; e
- Propor diretrizes para controle de impactos negativos e potencialização de impactos positivos, e
- Definição de diretrizes para subsidiar o Plano Estadual de Segurança Hídrica, a fim de garantir o fornecimento de água e reduzir os riscos associados com secas e inundações.

A AAE deverá definir os processos decisórios que subsidiarão o Governo sobre o contexto de abastecimento de água nos próximos 25 anos, apresentando em seu resultado a discussão sobre a avaliação ambiental das alternativas de abastecimento de água a serem propostas, considerando:

- Alteração do regime hídrico do manancial;
- Interferências com outros usos, atuais e potenciais, a montante e a jusante da captação;
- Interferência com áreas protegidas, de fragilidade ambiental e/ou intensamente utilizadas;
- Impactos da localização das obras, incluindo relocação de população;
- Alteração do quadro socioeconômico;
- Caracterização dos principais impactos;
- Propostas ações para situação de emergência e contingência; e
- Verificação do enquadramento à legislação ambiental e exigências para Licenciamento Ambiental (LP, LI e LO).

1.3 REGIÃO DE ESTUDO

1.3.1. Critérios de Definição da Região de Estudo

A Avaliação Ambiental Estratégica aborda a região de estudo em macro e em mesoescala. A abordagem em macroescala refere-se à inserção das bacias hidrográficas no contexto de abastecimento dos municípios, sendo os limites das bacias considerados como Área de Influência Estratégica. A abordagem em mesoescala inclui a Área de Influência Direta, composta pelos 15 municípios que constituem a área de abrangência dos estudos conforme determinada pelos Termos de Referência.

A Área de Influência Estratégica (AIE) foi definida pelas bacias hidrográficas que abrangem os 15 municípios da Área de Influência Direta, uma vez que os usos existentes e previstos e as ações de gestão para estas áreas a montante dos municípios da AID se refletirão na qualidade e na quantidade da água a ser utilizada.

A Área de Influência Direta (AID) é aquela composta pelos 15 municípios definidos pela CONTRATANTE no Termo de Referência como foco do PLANO. As soluções apresentadas para o abastecimento destes 15 municípios deverão ter o horizonte de 25 anos, ou seja, o ano de 2040.

1.3.2. Caracterização da Região de Estudo

1.3.2.1. Área de Influência Estratégica

A área abrangida pelas bacias hidrográficas dos rios Paraguaçu, Joanes, Jacuípe, Pojuca, Jaguaripe, Açu, Subaé, Imbassaí, Sauípe, do Açu, além de pequenas bacias afluentes à baía de Todos os Santos (BTS) e afluentes à vertente Oceânica de Salvador são importantes para a AAE. A consideração dessas bacias hidrográficas como Área de Influência Estratégica se dá por estes se constituírem nos principais mananciais ou mananciais com potencial para o abastecimento público de água da RMS, incluindo Santo Amaro e Saubara.

Os usos do solo e da água, bem como as ações de gestão e controle por parte dos responsáveis, tem implicação direta na região de jusante das bacias (Área de Influência Direta) e a compreensão destes processos é fundamental (estratégica) para a concepção do PLANO. A Área de Influência Estratégica apresentada na **Figura 1. 5** será avaliada ambientalmente em macroescala no âmbito desta AAE.

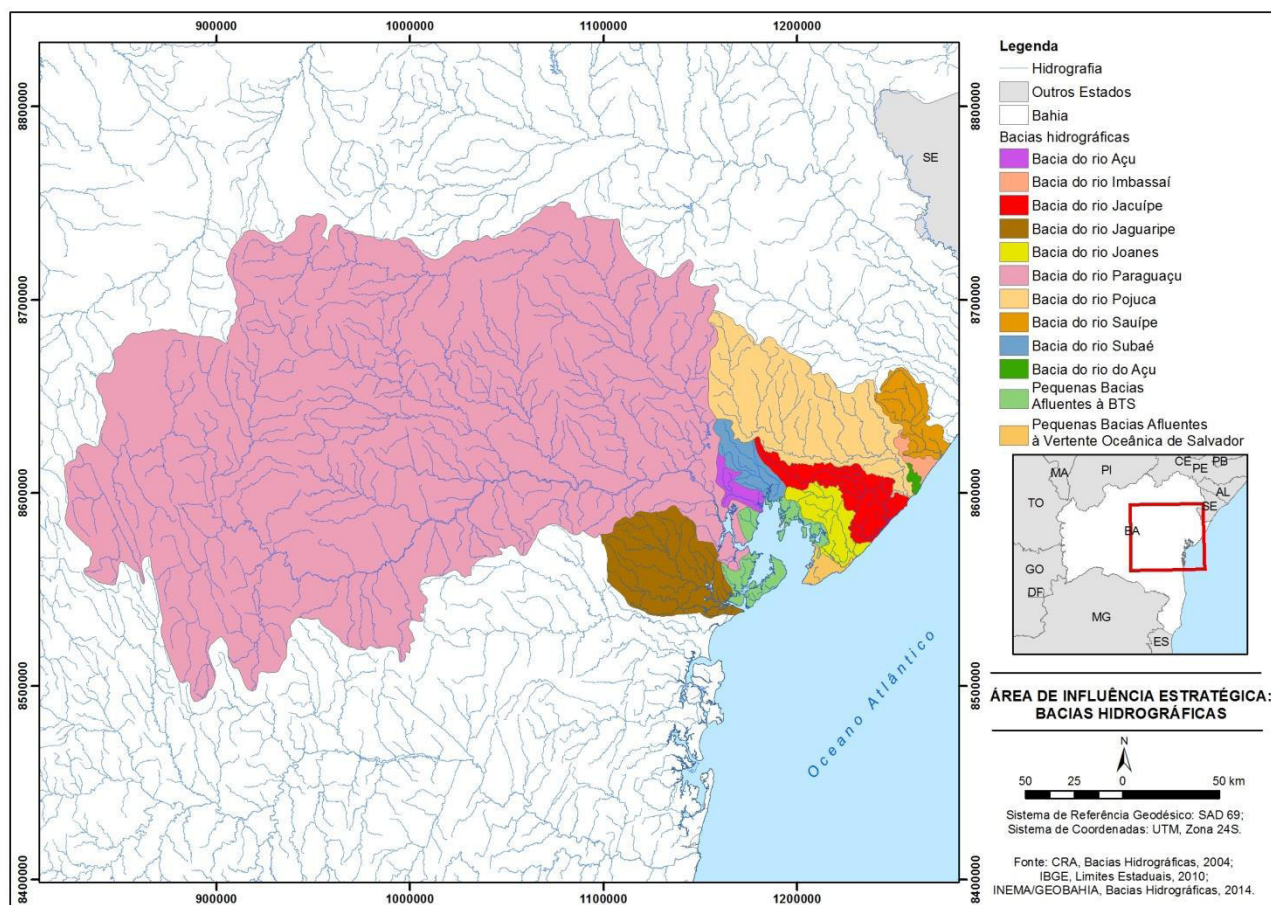


Figura 1. 5 – Área de Influência Estratégica: Bacias Hidrográficas

Fonte: INEMA, 2014.

1.3.2.2. Área de Influência Direta

A área de abrangência do estudo em relação à AAE deverá conter os municípios pertencentes à RMS, e os municípios de Santo Amaro e Saubara, conforme os Termos de Referência, constituindo a Área de Influência Direta. A área de abrangência foi escolhida com base na necessidade de atualização do Plano de Abastecimento de Água para a RMS, Santo Amaro e Saubara devido à crescente demanda por água, requeridas pela população e pelas atividades econômicas. Sendo assim, a Área de Abrangência do Estudo será a Área de Intervenção do Plano. A **Figura 1. 6** apresenta os municípios foco do estudo.

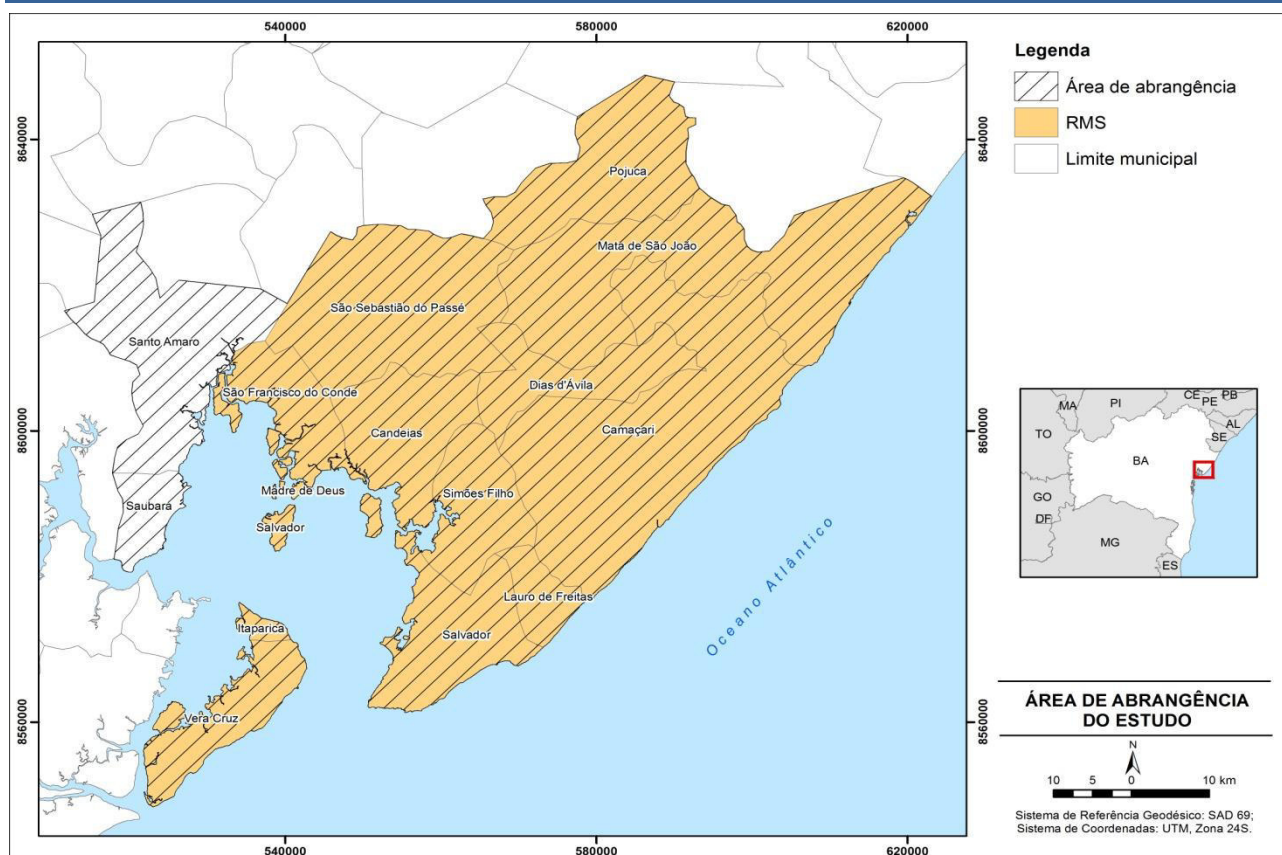


Figura 1.6 – Mapa da Área de Abrangência do Estudo (RMS, Santo Amaro e Saubara)

Fonte: Geohidro, 2014.

A seguir são descritos alguns aspectos dos municípios da Área de Influência Direta da AAE. Destaca-se que o detalhamento de questões estratégicas, a exemplo do quadro social, econômico, ambiental destes municípios será apresentado de forma analítica no Diagnóstico estratégico.

1.3.2.2.1 – Salvador

Capital do estado da Bahia, o município de Salvador foi criado em 1549 por Tomé de Souza, o primeiro Governador Geral do Brasil. Foi capital do Brasil até 1763, quando o Rio de Janeiro passou a assumir este papel. Sobre o abastecimento de água em Salvador,

Desde a fundação da cidade de Salvador até meados do século XIX a água usada para o abastecimento público era obtida a partir de pequenas nascentes e fontes naturais espalhadas por vários pontos da cidade. Dados históricos indicam que as águas da fonte do Tororó foram utilizadas pela população desde meados do século XVIII. (CPRM, 2008).

Apenas em 1852 foi criada a Companhia do Queimado, inaugurando-se o sistema de abastecimento por água canalizada, inicialmente por meio de cisternas, cacimbas e chafarizes. Já na década de 1880 foram adquiridas terras para criação de duas represas no rio Camurugipe: Mata Escura e Prata. A partir daí, com a expansão da área urbana, iniciou-se um processo contínuo de deterioração dos mananciais antigos e criação de novas barragens de forma a subsidiar o abastecimento da população. Atualmente nem só estas duas represas, mas também a de Pituaçu e a do Cobre estão com uso para abastecimento inviabilizado.

No início do século XX, seguindo proposta do engenheiro Theodoro Sampaio, foi construída a represa no rio Pituaçu com o objetivo de ampliar e garantir o abastecimento de água destinado ao consumo humano da cidade de Salvador. Além desta represa, houve a construção da Barragem de Cachoeirinha, no rio Cachoeirinha, e também a Estação de Tratamento de Água da Bolandeira.

Em 1926, Saturnino de Brito apresentou um novo plano de abastecimento para a cidade, analisando os cursos d'água existentes em Salvador em um raio de 30 km, entre eles os rios Ipitanga, Cobre e Joanes. Como desdobramento dos estudos de Saturnino seguiram-se obras importantes incluindo barramentos nos referidos rios e respectivos sistemas adutores, utilizados ainda hoje para abastecimento de Salvador.

Em 1985, com a prioridade de abastecer Salvador, RMS e municípios do Recôncavo, foi inaugurada a barragem de Pedra do Cavalo, formada pelos rios Paraguaçu e Jacuípe. Este manancial foi incorporado ao sistema de abastecimento de água de Salvador em 1989, após a conclusão das obras da adutora de água bruta, da ETA Principal e da adutora de água tratada.

Em 1999, o Governo do Estado reconstruiu a Barragem Santa Helena, situada entre Camaçari e Dias d'Ávila. Atualmente, as represas de Santa Helena e Pedra do Cavalo constituem as reservas de abastecimento de Salvador, uma vez que as demais represas utilizadas (Ipitanga I, Ipitanga II, Joanes I e Joanes II) são exploradas em sua capacidade plena.

Com 2.675.656 habitantes conforme o último censo, a população de Salvador é quase totalmente urbana (99,97%). O município possui área de 693 km², com uma densidade populacional de 3.859,44 hab./km². Salvador ocupa a oitava posição, dentre as capitais, com maior densidade demográfica do Brasil (IBGE, 2010). A **Figura 1.7** mostra graficamente a projeção populacional elaborada no presente PLANO para o município de Salvador, conforme estudos apresentados no Tomo II, Volume 1, Capítulo 1.

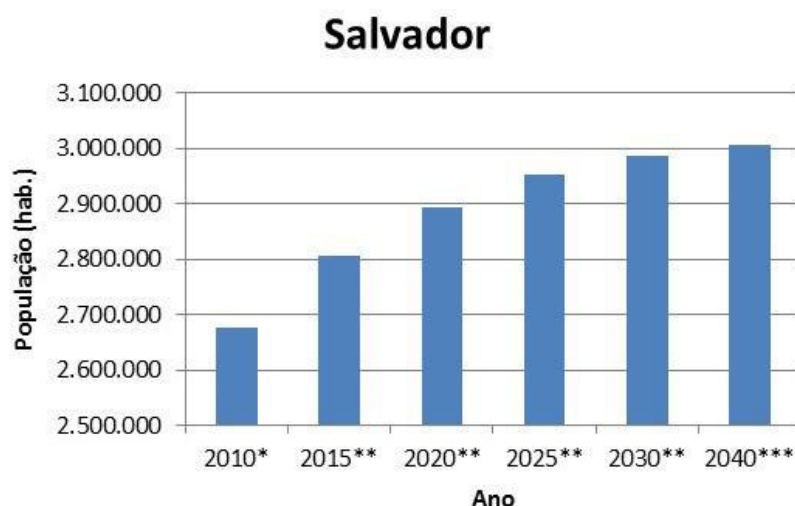
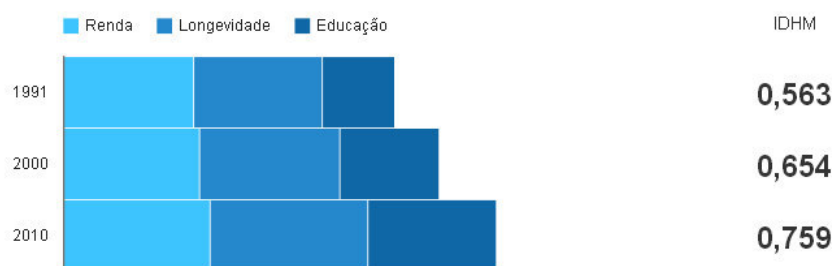


Figura 1.7 – Projeção Populacional para o Município de Salvador

Fonte: *Censo Demográfico (IBGE, 2010); **SEI - CEDEPLAR/UFMG (2013); ***Geohidro, 2014.

A evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) do Município de Salvador está apresentada na **Figura 1.8** verificando-se um contínuo de crescimento entre 1991 e 2010.

IDHM

**Figura 1.8 – Composição do IDHM – Município de Salvador**

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2013.

A composição do Produto Interno Bruto (PIB) está apresentada no **Quadro 1.5**, mostrando a importância do setor de serviços.

Quadro 1.5 – Composição do Produto Interno Bruto (PIB) do Município de Salvador

ANOS	PIB (VALOR ADICIONADO)
Agropecuária	16.783
Indústria	5.477.346
Serviços	27.022.145

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus

SUFRAMA.

2010a <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/economia.php?lang=&codmun=292740&search=bahia|salvador|infogr%E1ficos:-despesas-e-receitas-or%E7ament%E1rias-e-pib>

Do ponto de vista ambiental, Salvador conta com uma ampla malha hídrica, quase que na integridade com qualidade das águas comprometida e algumas áreas verdes remanescentes (mata ombrófila, dunas, restingas e manguezais). Estas áreas, inclusive aquelas no entorno de reservatórios, vêm sendo reduzidas ao longo dos anos, perdendo espaço para a expansão urbana.

No município de Salvador estão inseridas algumas Unidades de Conservação, como a Área de Proteção Ambiental (APA) Lagoas e Dunas do Abaeté, criada pelo Decreto Estadual nº 2.540 de 18.10.93; a APA Baía de Todos os Santos, criada pelo Decreto Estadual nº 7.595 de 05.06.99; a APA Joanes – Ipitanga criada pelo Decreto Estadual nº 7.596 de 05.06.99; a APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu criada pelo Decreto Estadual nº 7.970 de 05.06.01; e a APA da Plataforma Continental do Litoral Norte criada pelo Decreto Estadual nº 8.553 de 05 de junho de 2003.

De acordo com SEI (2013c), ainda fazem parte do município de Salvador as seguintes áreas protegidas, nem todas enquadradas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC): Parque Histórico Metropolitano de Pirajá, Parque Municipal das Lagoas e Dunas do Abaeté, Parque Estadual Ilha dos Frades, Parque Metropolitano de Ipitanga I, Parque Ambiental do Vale Encantado, Reserva Ecológica Ilha de Maré, Reserva Estadual Cotegipe-CIA, Jardim Botânico de Salvador, Parque Metropolitano de Pituaçu, Parque Municipal São Bartolomeu, Parque da Cidade Joventino Silva e Parque Zoobotânico Getúlio Vargas.

1.3.2.2.2 - Lauro de Freitas

O território do município de Lauro de Freitas pertencia a Salvador, até que, em 1880, passou a distrito de Montenegro, atual Camaçari. Em 1932, retornou a Salvador e em 1962 foi transformado em município por meio da lei Estadual nº 1753/62. Contíguo ao município de Salvador, e conurbado com este, Lauro de Freitas vem sofrendo incremento econômico relacionado ao setor de serviços.

Destaca-se que a taxa de urbanização do município é de 100%. “O município conta apenas com o distrito sede, sendo as demais localidades consideradas bairros: como Areia Branca, Buraquinho, Caixa d'Água, Caji, Centro, Ipitanga, Itinga, Jambeiro, Miragem, Portão, Vila Praiana, Vila Mares, Vida Nova e Vilas do Atlântico.”

De acordo com o censo (IBGE, 2010), no ano de 2010, no município existiam 163.449 habitantes. A estimativa de habitantes para o ano de 2013, de acordo com IBGE, resultou em 184.383 habitantes. A **Figura 1.9** apresenta a projeção populacional para o município até 2040.



Figura 1.9 – Projeção Populacional para o Município de Lauro de Freitas

Fonte: *IBGE (Censo, 2010); **Projeção da SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, em parceria com a CEDEPLAR/UFMG (2013); ***Projeção de acordo com Geohidro – 2014.

O Índice de Desenvolvimento Humano do Município – IDHM de Lauro de Freitas está apresentado na **Figura 1.10**, observando-se um incremento neste período de 20 anos.

IDHM

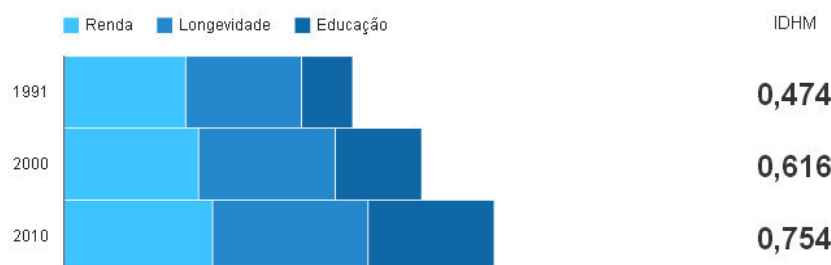


Figura 1.10 – Composição do IDHM – Município de Lauro de Freitas

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2013.

A composição do Produto Interno Bruto (PIB) está apresentada no **Quadro 1.6**, verificando-se que o setor de serviços é a economia preponderante, com participação mínima da agropecuária.

Quadro 1. 6 – Composição do Produto Interno Bruto (PIB) do Município de Lauro de Freitas

SETOR	PIB (VALOR ADICIONADO)
Agropecuária	11.703
Indústria	659.632
Serviços	2.284.711

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA. 2010b

O município de Lauro de Freitas encontra-se inserido no bioma Mata Atlântica, com presença de importante malha hídrica, manguezais, restingas e floresta ombrófila. O seu território abrange Unidades de Conservação como a APA Joanes – Ipitanga e a APA da Plataforma Continental do Litoral Norte.

Inserido na Bacia do Recôncavo Norte e Inhambupe (RPGA XI - INEMA, 2013), o rio Ipitanga e o rio Joanes são os principais do município de Lauro de Freitas.

1.3.2.2.3 - Simões Filho

Antes pertencente ao município de Salvador, como distrito denominado Água Comprida, o atual município de Simões Filho foi emancipado em 07 de novembro de 1961 através da Lei Estadual nº 1538. É um importante município da Região Metropolitana de Salvador, sendo desenvolvidas em seu território importantes atividades industriais, quer no Centro Industrial de Aratu, quer individualmente. Atualmente, conforme informações da Prefeitura Municipal existem cerca de 200 indústrias no seu território.

O município de Simões Filho apresentava em 2010 uma população de 118.047 habitantes. Conforme Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, IPEA e FJP, 2013), o município passou de uma taxa de urbanização de 61,81% em 1991 para 81,95% em 2000 e 89,63% em 2010, o que demonstra um crescimento urbano intenso (em 20 anos a população rural passou de 40% para apenas 10% da população total do município). A **Figura 1. 11** apresenta a projeção populacional para o município.

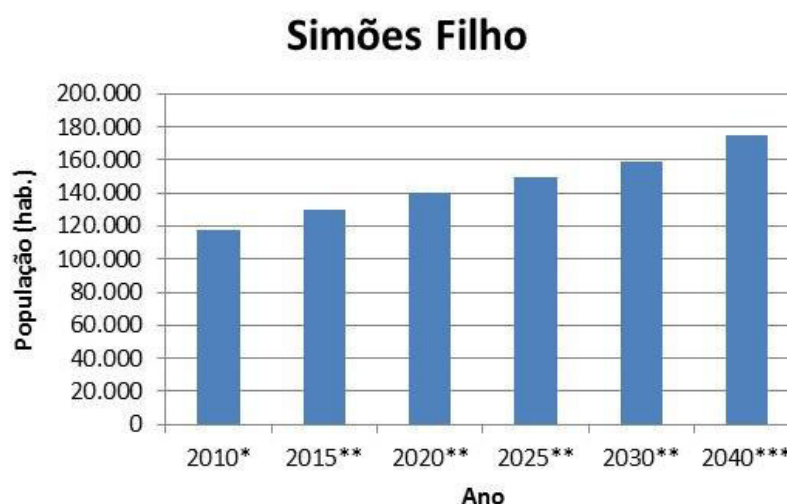
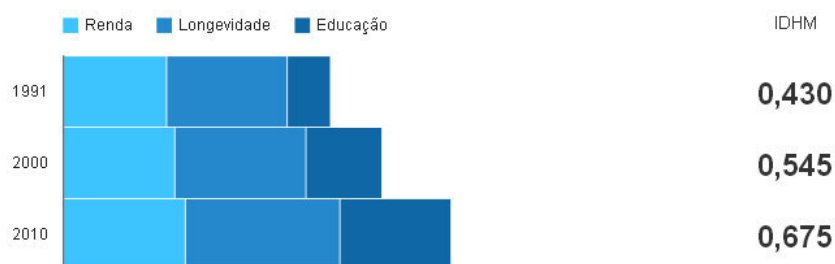


Figura 1. 11 –Projeção Populacional para o Município de Simões Filho

Fonte: *IBGE (Censo, 2010); **Projeção da SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, em parceria com a CEDEPLAR/UFMG (2013); ***Projeção de acordo com Geohidro – 2014.

O Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDHM) de Simões Filho está apresentado na **Figura 1. 12**, verificando a baixa expressividade da educação.

IDHM

**Figura 1. 12** – Composição do IDHM – Município de Simões Filho

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2013.

No município de Simões Filho está situado parte do Centro Industrial de Aratu (CIA). De acordo com a Secretaria da Indústria Comércio e Mineração (SICM), o CIA é um complexo industrial multissetorial, fundado em 1967, no qual se encontra em operação o Porto de Aratu, além de empreendimentos dos segmentos químico, metalomecânico, componentes para calçados, alimentício, metalúrgico, moveleiro, de minerais não metálicos, plásticos, fertilizantes, eletroeletrônicos, bebidas, logística, têxtil, serviços e comércio e, mais recentemente, o segmento Termelétrico.

A agricultura, como pode ser observado no **Quadro 1. 7**, tem uma participação muito baixa na composição do PIB, o qual tem sua importância dividida entre os setores de indústria e serviços. A oportunidade de empregos, junto com programas de renda por parte do Governo causou uma redução da pobreza ao longo dos últimos 20 anos. Dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil mostram que a porcentagem de pobres no município caiu de 49,3 para 21,8 enquanto a de extremamente pobres sofreu queda de 21,7 para 7,8% da população total entre 1991 e 2010 (PNUD, IPEA e FJP, 2013).

Quadro 1. 7 – Composição do Produto Interno Bruto (PIB) do Município de Simões Filho

SETOR	PIB (VALOR ADICIONADO)
Agropecuária	3.721
Indústria	1.422.423
Serviços	1.804.553

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA. 2010c

O processo histórico de ocupação na época colonial, voltado à agricultura de cana-de-açúcar e a posterior forte atividade industrial causaram um impacto na ocupação do território, com perda de qualidade ambiental. Entretanto o município de Simões Filho comporta três Áreas de Proteção Ambiental (APA): Bacia do Cobre/São Bartolomeu; a APA Joanes – Ipitanga; e a APA Baía de Todos os Santos. Além destas, o município ainda apresenta, de acordo com o SEI (2013c), o Parque Metropolitano de Ipitanga I, a Reserva Estadual Cotegipe-CIA e a RPPN Fazenda Coqueiros. O território municipal de Simões Filho está inserido na Bacia do Recôncavo Norte e Inhambupe (RPGA XI - INEMA, 2013), tendo o rio do Cobre, o rio Ipitanga (barragem de Ipitanga II), o rio Joanes (barragem Joanes I) como os principais rios do município. Destaca-se ainda a presença da baía de Aratu, com seus manguezais.

1.3.2.2.4 – Pojuca

O município de Pojuca foi criado em 1913 (Lei nº. 979/13) e sua origem associa-se à criação de engenhos de cana-de-açúcar na região. A sede municipal está localizada às margens do rio Pojuca, um dos mais importantes na história da Bahia. Atualmente suas principais atividades econômicas estão associadas ao setor industrial, destacando-se a exploração de petróleo e um Parque Industrial.

De acordo com o Censo, em 2010, o município tinha 33.066 habitantes. A projeção populacional para o município está apresentada na **Figura 1.13**. Entre 1991 e 2010 praticamente não houve alterações na taxa de urbanização, a qual se mantém em torno de 85%, conforme dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, IPEA e FJP, 2013).

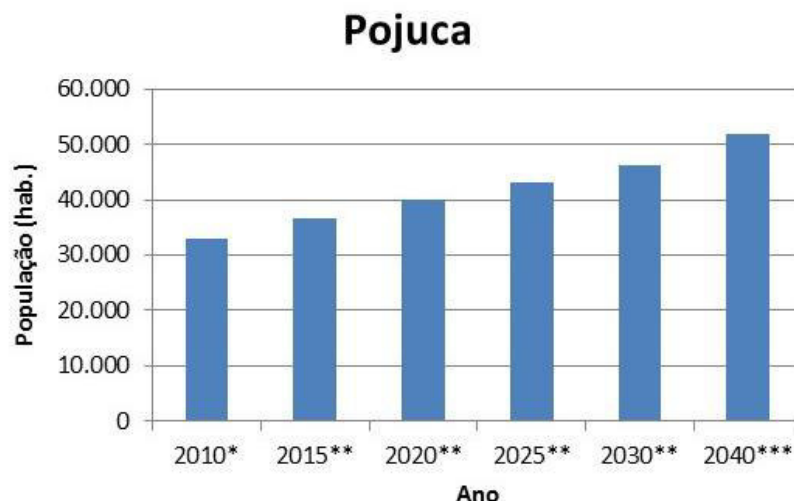


Figura 1.13 – Projeção Populacional para o Município de Pojuca

Fonte: *IBGE (Censo, 2010); **Projeção da SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, em parceria com a CEDEPLAR/UFMG (2013); ***Projeção de acordo com Geohidro – 2014.

A evolução do Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDHM) de Pojuca está apresentada na **Figura 1.14**.

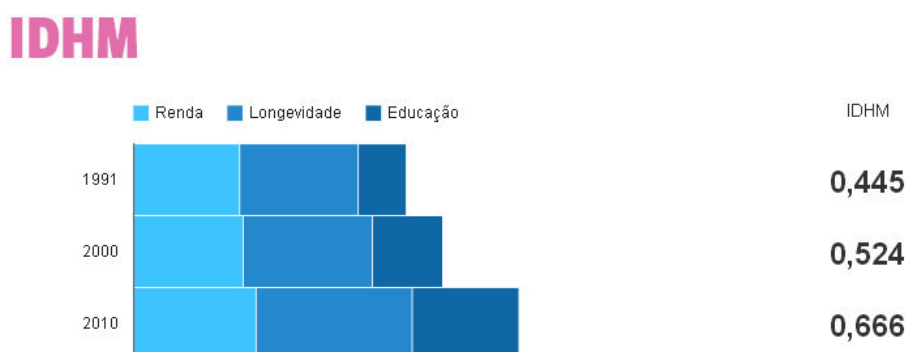


Figura 1.14 – Composição do IDHM – Município de Pojuca

Fonte: Atlas Brasil, 2014.

O **Quadro 1.8** apresenta a composição do Produto Interno Bruto (PIB) do município, observando-se a importância do setor industrial na economia do município.

Quadro 1. 8 – Composição do Produto Interno Bruto (PIB) do Município de Pojuca

SETOR	PIB (VALOR ADICIONADO)
Agropecuária	5.192
Indústria	830.205
Serviços	245.257

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA. 2010d.

A vegetação predominante do município é o contato cerrado-Floresta Ombrófila e Floresta Ombrófila Densa (BRASIL, 1981). A única Unidade de Conservação no município, segundo SEI (2013a), é a RPPN Ágda. O território municipal de Pojuca está inserido na Bacia do Recôncavo Norte e Inhambupe (RPGA XI - INEMA, 2013), tendo o rio Catu e rio Pojuca como os principais do município.

1.3.2.2.5 - São Sebastião do Passé

Com base em divisão territorial de 01/07/1960, o município de São Sebastião do Passé, criado em 1931, é constituído pelos distritos de São Sebastião do Passé, Jacuípe, Lamarão do Passé e Maracangalha. Com uma área territorial de 538,324 km², o censo do IBGE de 2010, apontou 42.153 habitantes com uma densidade demográfica de 78,30 hab./km². A **Figura 1. 15** apresenta a projeção populacional para o município.



Figura 1. 15 – Projeção Populacional para o Município de São Sebastião do Passé

Fonte: *IBGE (Censo, 2010); **Projeção da SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, em parceria com a CEDEPLAR/UFMG (2013); ***Projeção de acordo com Geohidro – 2014.

O Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDHM) de São Sebastião do Passé está apresentado na **Figura 1. 16**, observando-se um relevante crescimento entre 2000 e 2010, especialmente quanto à longevidade e à educação.

IDHM

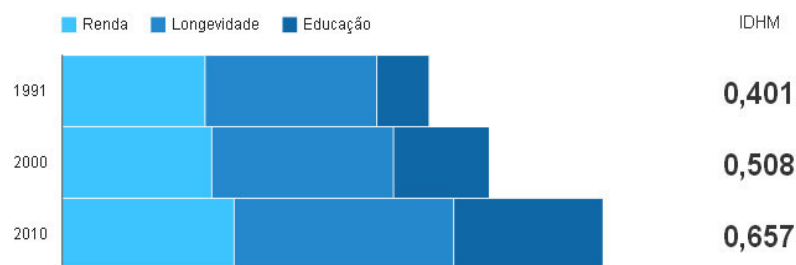


Figura 1. 16 – Composição do IDHM – Município de São Sebastião do Passé

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2013.

A composição do Produto Interno Bruto (PIB) está apresentada no **Quadro 1. 9** com maior importância para os setores industriais e de serviços.

Quadro 1. 9 – Composição do Produto Interno Bruto (PIB) do Município de São Sebastião do Passé

SETOR	PIB (VALOR ADICIONADO)
Agropecuária	10.250
Indústria	252.920
Serviços	211.676

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.2010e.

O município de São Sebastião do Passé está inserido na Bacia do Recôncavo Norte e Inhambupe (RPGA XI - INEMA, 2013), tendo como rio principal o Jacuípe. Este município comporta ainda uma Unidade de Conservação, a APA Joanes – Ipitanga. SEI (2013b) ainda indica como UC a RPPN Reserva Panema.

1.3.1.2.6 - Mata de São João

O povoamento do município, emancipado em 1886, foi iniciado pelos colonos que acompanharam Garcia d'Ávila, chegado ao Brasil com Tomé de Sousa em 1549, quando reinava em Portugal D. João III. Atualmente o município é constituído por três distritos: Mata de São João, Açú da Torre e Amado Bahia (estabelecidos através da divisão territorial de 31/12/1963).

Em 2010, o município de Mata de São João possuía 40.183 habitantes (IBGE, 2010). A projeção populacional para o município está apresentada na **Figura 1.17**. A população rural aumentou sua participação frente à população total, passando de 20% em 1991 para 25% em 2010.

Mata de São João

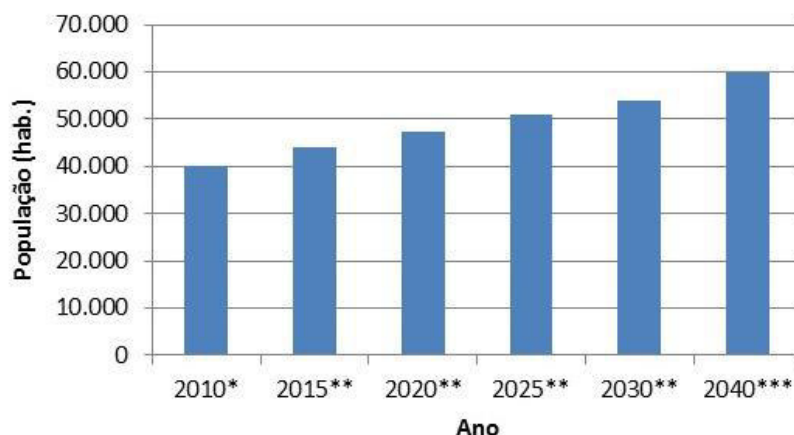


Figura 1. 17 – Projeção Populacional para o Município de Mata de São João

Fonte: *IBGE (Censo, 2010); **Projeção da SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, em parceria com a CEDEPLAR/UFMG (2013); ***Projeção de acordo com Geohidro – 2014.

O Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDHM) de Mata de São João está apresentado na **Figura 1.18**, verificando-se um grande aumento (cerca de 75%) nestes 20 anos considerados, acima da média estadual e da média nacional. Destaca-se ainda que a parcela de pobres e muito pobres sofreu grande redução em 2010, o que demonstra um crescimento econômico no município com repercussões na qualidade de vida da população.

IDHM

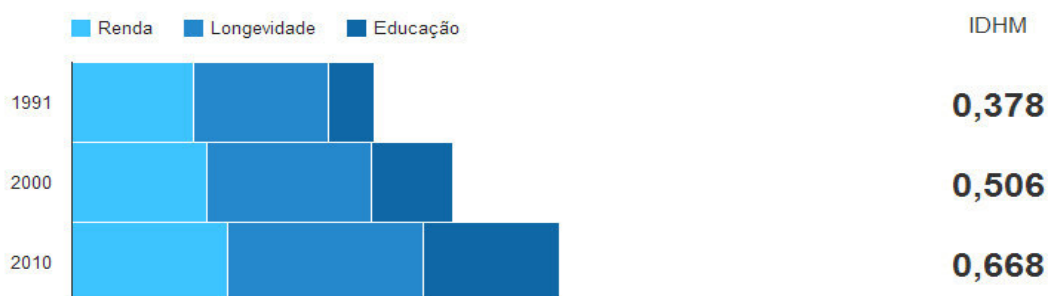


Figura 1. 18 – Composição do IDHM – Município de Mata de São João - 2010

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2013.

Já a composição do Produto Interno Bruto (PIB) está apresentada no **Quadro 1. 10**. Mais uma vez o PIB associado à agropecuária é pouco representativo, ao contrário dos setores de serviços e indústrias. Em relação ao turismo, cabe ressaltar Praia do Forte, sendo um dos destinos turísticos mais procurados no Brasil junto com o Complexo Costa do Sauípe, além de outros resorts.

Quadro 1. 10 – Composição do Produto Interno Bruto (PIB) do Município de Mata de São João

SETOR	PIB (VALOR ADICIONADO)
Agropecuária	19.046
Indústria	146.169
Serviços	211.115

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA. 2010f.

A vegetação predominante no município é o Contato Cerrado-Floresta Ombrófila e a Floresta Ombrófila Densa (BRASIL, 1981). No município de Mata de São João estão inseridas a APA Litoral Norte do Estado da Bahia que foi criada pelo Decreto Estadual nº 1.046 de 17.03.92 e a APA da Plataforma Continental do Litoral Norte. De acordo com a SEI (2013a), também fazem parte do município: Parque Florestal e Reserva Ecológica Garcia d'Ávila, RPPN Dunas de Santo Antônio e a Reserva de Sapiranga. O município é marcado pelo seu elevado valor ambiental com muitos remanescentes do ecossistema de restinga.

O território municipal de Mata de São João está inserido na Bacia do Recôncavo Norte e Inhambupe (RPGA XI - INEMA, 2013), tendo como principais rios: rio Jacuípe e rio Itapecerica, além do Sauípe e o Subaúma.

1.3.2.2.7 – Candeias

O município de Candeias, criado em 1951, é constituído por sete distritos, sendo: Candeias, Caboto, Caroba, Madeira, Menino Jesus, Passagem dos Teixeiras e Passé. Seu território na época colonial foi palco de implantação e funcionamento de importantes engenhos de cana-de-açúcar. Atualmente este município sedia importantes indústrias e serviços associados a estas, destacando-se a presença do centro Industrial de Aratu – CIA e representa um dos mais elevados PIB do estado da Bahia.

Com 83.158 habitantes, de acordo com o censo realizado pelo IBGE em 2010, a taxa de urbanização permanece estável desde 1991, com cerca de 91%.

A **Figura 1. 19** apresenta a projeção populacional para o município.

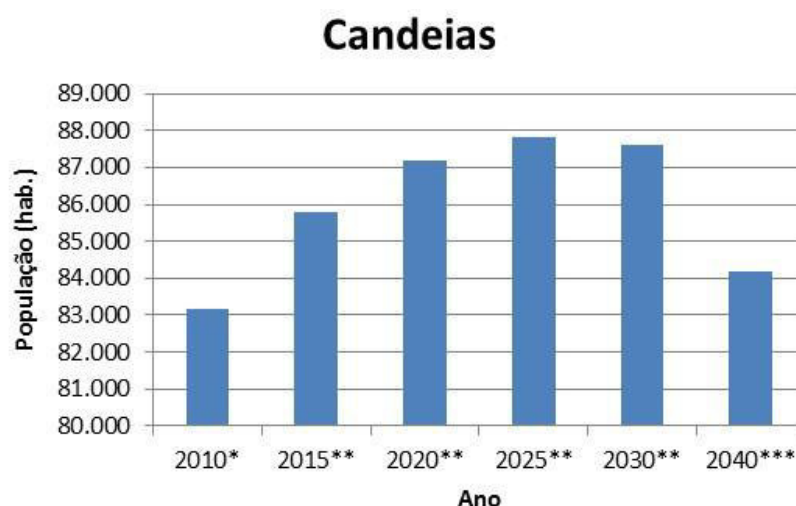
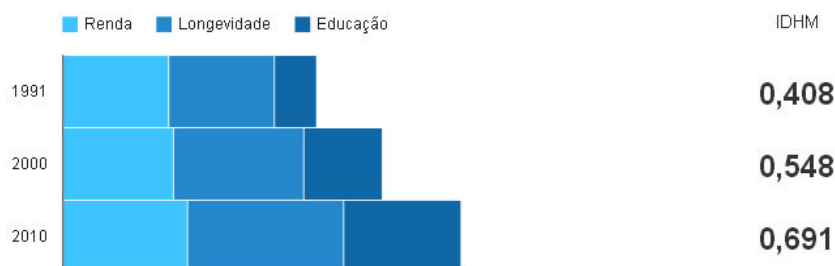


Figura 1. 19 – Projeção Populacional para o Município de Candeias

Fonte: *IBGE (Censo, 2010); **Projeção da SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, em parceria com a CEDEPLAR/UFMG (2013); ***Projeção de acordo com Geohidro – 2014.

O Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDHM) de Candeias está apresentado na **Figura 1. 20**, observando-se elevação nestes últimos 20 anos, associada principalmente ao aumento do índice associado à educação.

IDHM

**Figura 1. 20** – Composição do IDHM – Município de Candeias

Fonte: Atlas Brasil, 2014.

Quinto maior PIB do estado da Bahia (IBGE, 2010), as principais atividades econômicas no município estão ligadas ao parque industrial e ao Porto de Aratu, que fazem parte do Centro Industrial de Aratu (CIA). As informações sobre o Produto Interno Bruto (PIB) do Município estão apresentadas no **Quadro 1. 11**.

Quadro 1. 11 – Composição do Produto Interno Bruto (PIB) do Município de Candeias

SETOR	PIB (VALOR ADICIONADO)
Agropecuária	5.707
Indústria	1.398.292
Serviços	1.470.259

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA. 2010g.

A presença de amplos cultivos de cana-de-açúcar no período colonial e a forte presença industrial a partir da segunda metade do século XX causaram alterações na qualidade ambiental do território de Candeias. Contíguo à baía de Todos os Santos, o município apresenta estuários e manguezais de importância à pesca e algumas Unidades de Conservação, a exemplo da APA Joanes – Ipitanga e da APA Baía de Todos os Santos.

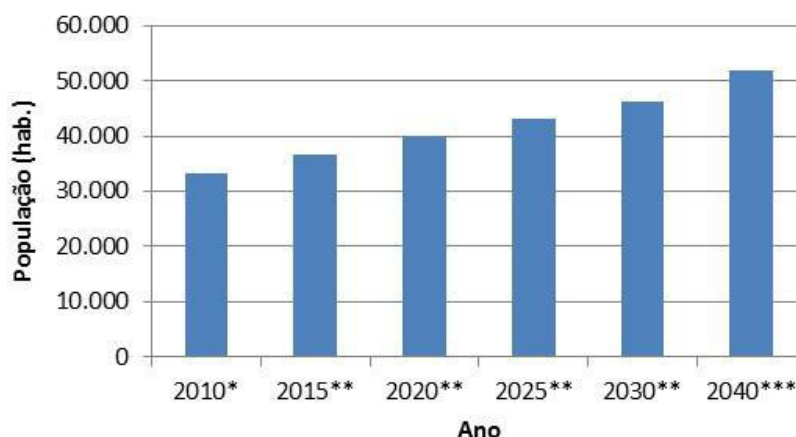
O território municipal de Candeias está inserido na Bacia do Recôncavo Norte e Inhambupe (RPGA XI - INEMA, 2013), tendo como principais rios: rio Joanes, rio Imbiruçu, rio São Paulo e rio Jacaracanga.

1.3.2.2.8 - São Francisco do Conde

Em divisão territorial datada de 01/07/1960, o município de São Francisco do Conde é constituído de três distritos: São Francisco do Conde, Mataripe e Monte Recôncavo. O seu território está estabelecido às margens da baía de Todos os Santos e a atividade industrial é preponderante. A pesca é uma atividade que ocupa grande parcela da população em diversas comunidades. Destaca-se como uma das principais geradoras de impostos ao município, a presença da Refinaria Landulpho Alves, em Mataripe. A renda per capita de São Francisco do Conde é uma das maiores do Brasil, tendo alcançado em 2010 R\$296.884,69, enquanto a de Salvador foi de R\$13.728,08.

De acordo com o censo do IBGE, o município de São Francisco do Conde tinha 33.183 habitantes no ano de 2010. A **Figura 1. 21** apresenta a projeção populacional para o município.

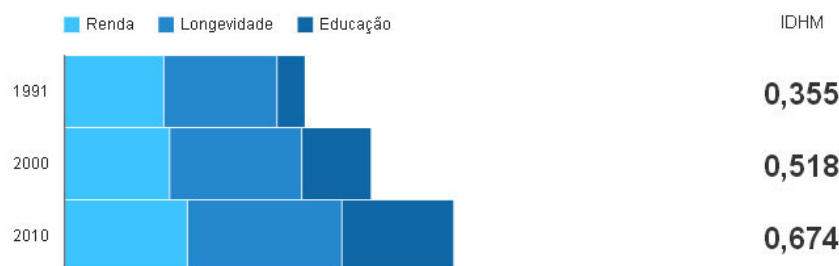
São Francisco do Conde

**Figura 1. 21** – Projeção Populacional para o Município de São Francisco do Conde

Fonte: *IBGE (Censo, 2010); **Projeção da SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, em parceria com a CEDEPLAR/UFMG (2013); ***Projeção de acordo com Geohidro – 2014.

O Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDH-M) de São Francisco do Conde está apresentado na **Figura 1. 22**, observando-se uma elevação do IDH-Educação entre os anos.

IDHM

**Figura 1. 22** – Composição do IDHM – Município de São Francisco do Conde

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2013.

A composição do Produto Interno Bruto (PIB) do Município está apresentada no **Quadro 1. 12**. A agropecuária no município não é expressiva, sendo o setor de serviços dominante, seguido do setor industrial. Isto se dá devido à presença da Refinaria Landulpho Alves (RLAM). A RLAM foi a primeira refinaria nacional de petróleo (criada em 1950) e atualmente a segunda refinaria brasileira em complexidade e capacidade instalada.

Quadro 1. 12 – Composição do Produto Interno Bruto (PIB) do Município de São Francisco do Conde

SETOR	PIB (VALOR ADICIONADO)
Agropecuária	5.763
Indústria	403.581
Serviços	2.560.688

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA. 2010h

O histórico do uso do solo do município gerou grande desmatamento das áreas de floresta ombrófila e restinga, sendo a qualidade ambiental associada principalmente à presença de estuários e manguezais contíguos à baía de Todos os Santos. As polygonais de duas Unidades de Conservação estão inseridas no município, sendo: a APA Joanes – Ipitanga; e a APA Baía de Todos os Santos.

O território municipal de São Francisco do Conde está inserido na Bacia do Recôncavo Norte e Inhambupe (RPGA XI - INEMA, 2013), tendo como principais cursos d'água: rio Subaé, rio São Paulo, rio Traripe, rio São Paulinho e rio do Macaco.

1.3.2.9 - Madre de Deus

O município de Madre de Deus situa-se na porção norte da baía de Todos os Santos com uma área territorial de 32,201 km². Em 2010, o município tinha 17.376 habitantes conforme o censo realizado, com a densidade demográfica de 539,61 hab./km². A taxa de urbanização ficou entre 1991 e 2010, entre 95 e 97%.

A **Figura 1. 23** apresenta a projeção populacional para o município.



Figura 1. 23 – Projeção Populacional para o Município de Madre de Deus

Fonte: *IBGE (Censo, 2010); **Projeção da SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, em parceria com a CEDEPLAR/UFMG (2013); ***Projeção de acordo com Geohidro – 2014.

O Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDHM) de Madre de Deus está apresentado na **Figura 1. 24**, evidenciando uma importante elevação nos últimos 20 anos (cerca de 50%), acima da média nacional.

IDHM

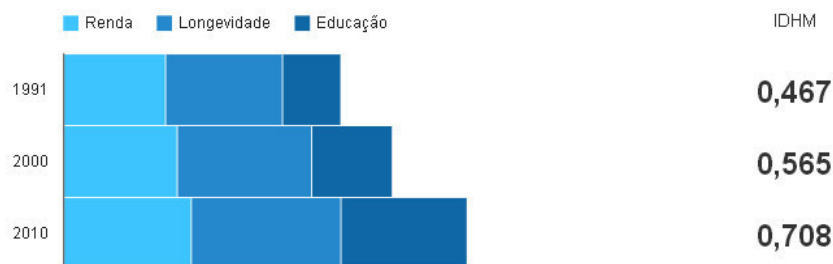


Figura 1. 24 – Composição do IDHM – Município de Madre de Deus

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2013.

Apesar de estar situada no território do município de São Francisco do Conde, a Refinaria Landulpho Alves – RLAM encontra-se contígua à sua sede municipal, dominando a paisagem e as atividades econômicas. Associado à RLAM encontra-se o Terminal Aquaviário de Madre de Deus (TEMADRE), da Petrobras. As

informações sobre o Produto Interno Bruto (PIB) estão apresentadas no **Quadro 1. 13**, com predominância do PIB associado ao setor de serviços.

Quadro 1. 13 – Composição do Produto Interno Bruto (PIB) do Município de Madre de Deus

SETOR	PIB (VALOR ADICIONADO)
Agropecuária	1.494
Indústria	54.192
Serviços	189.372

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA. 2010i.

A vegetação predominante de Floresta Ombrófila Densa, além das formações pioneiras com influência fluviomarinha (restinga). De acordo com a SEI (2013c), apenas a APA Baía de Todos os Santos abrange o território de Madre de Deus. Segundo o sistema de gestão estadual dos recursos hídricos, o território municipal de Madre de Deus está inserido na Bacia do Recôncavo Norte e Inhambupe (RPGA XI - INEMA, 2013), tendo como principal curso d'água o rio Cabuçu.

1.3.2.2.10 - Santo Amaro

A jurisdição administrativa do município abrange os distritos de Santo Amaro (Sede), Acupe e Campinhos. O município de Santo Amaro é um dos mais antigos do Recôncavo baiano, tendo sido criado em 1727. Sua importância histórica e econômica, ao lado de Cachoeira foi marcante durante o período colonial, o império e primeiras décadas da república. Essa importância sofreu redução a partir de uma estagnação econômica associada à decadência da cana-de-açúcar e posteriormente das atividades fumageiras e da redução da importância da navegação na baía de Todos os Santos.

Em 2010, o município de Santo Amaro apresentou uma população de 57.800 (IBGE, 2010) em uma área de 492,916 km². As taxas de urbanização oscilam entre 76 e 78% para o período de 1991-2010. A projeção populacional para o município está apresentada na **Figura 1. 25**.

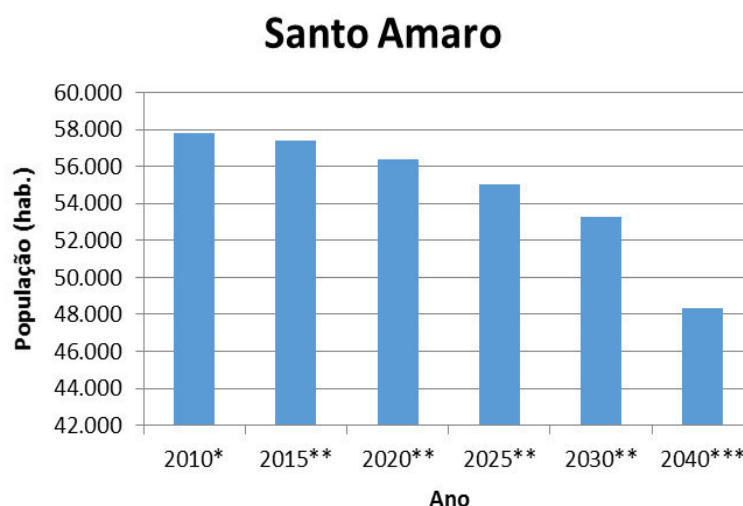


Figura 1. 25 – Projeção Populacional para o Município de Santo Amaro

Fonte: *IBGE (Censo, 2010); **Projeção da SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, em parceria com a CEDEPLAR/UFMG (2013); ***Projeção de acordo com Geohidro – 2014.

O Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDHM) de Santo Amaro está apresentado na **Figura 1. 26**, com incremento de cerca de 60% neste período.

IDHM

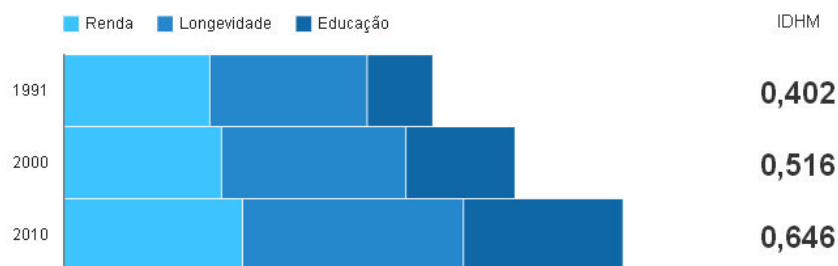


Figura 1. 26 – Composição do IDHM – Município de Santo Amaro

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2013.

A composição do Produto Interno Bruto (PIB) do município está apresentada no **Quadro 1. 14**, verificando-se a baixa participação do setor agropecuário.

Quadro 1. 14 – Composição do Produto Interno Bruto (PIB) do Município de Santo Amaro

SETOR	PIB (VALOR ADICIONADO)
Agropecuária	15.923
Indústria	102.837
Serviços	248.259

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA. 2010j.

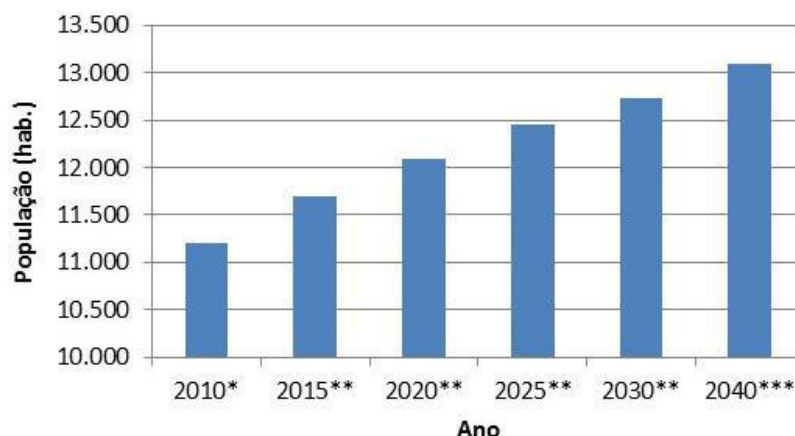
Em relação às Unidades de Conservação (UC), o município de Santo Amaro apresenta áreas inseridas na APA Baía de Todos os Santos e na UC Monumento Natural dos Cânions do Subaé, criada pelo Decreto Estadual nº 10.018 de 05 de junho de 2006. Segundo o sistema de gestão estadual dos recursos hídricos, o território está inserido na Bacia do Recôncavo Norte e Inhambupe (RPGA XI - INEMA, 2013). Os principais rios presentes no município de Santo Amaro são: riacho Sergi Mirim, rio Subaé, rio Traripe, rio Acupe e riacho da Pitanga (SEI, 2010).

1.3.2.2.11 – Saubara

O município de Saubara é constituído por três distritos: Saubara, Bom Jesus dos Pobres e Cabuçu. Situado ao longo da baía de Todos os Santos, a atividade de destaque é a pesca e o veraneio.

Em 2010, a população de Saubara era de 11.201 habitantes. A taxa de urbanização passou, conforme Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, de 68% em 1991 para 98% em 2000, mantendo-se em 2010 no mesmo patamar. A **Figura 1. 27** apresenta a projeção populacional para o município.

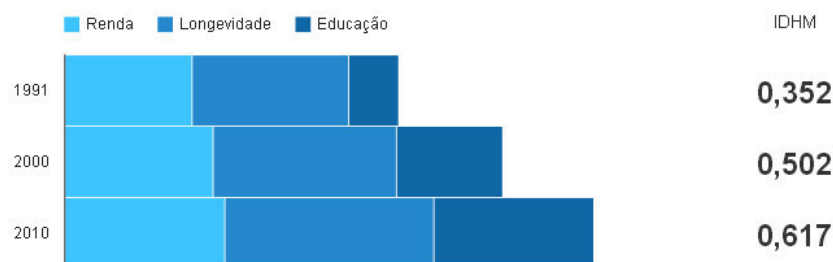
Saubara

**Figura 1. 27 – Projeção Popacional para o Município de Saubara**

Fonte: *IBGE (Censo, 2010); **Projeção da SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, em parceria com a CEDEPLAR/UFMG (2013); ***Projeção de acordo com Geohidro – 2014.

O Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDHM) de Santo Amaro está apresentado na **Figura 1. 28**, com elevação de cerca de 75% no período de 20 anos.

IDHM

**Figura 1. 28 – Composição do IDHM – Município de Saubara**

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2013.

As informações sobre o Produto Interno Bruto (PIB) estão apresentadas no **Quadro 1.15**, com predominância do setor de serviços.

Quadro 1. 15 – Composição do Produto Interno Bruto (PIB) do Município de Saubara

SETOR	PIB (VALOR ADICIONADO)
Agropecuária	10.593
Indústria	10.085
Serviços	50.251

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA. 2010k.

A APA Baía de Todos os Santos abrange a área do município de Saubara. O território municipal está inserido na Bacia do Recôncavo Norte e Inhambupe (RPGA XI - INEMA, 2013), tendo como principais rios: rio Paraguaçu, rio das Velhas, rio Inhaúma, rio Iraúá e rio Dorne (SEI, 2013b).

1.3.2.2.12 – Camaçari

O município é constituído de três distritos de acordo com divisão territorial datada de 1988: Camaçari (sede), Abrantes e Monte Gordo. Com setor industrial em crescimento, além da presença marcante do Polo petroquímico, o município representa uma das principais economias do estado. A sua orla, compreendendo localidades como Arembepe, Jauá, Jacuípe, Itacimirim é um importante destino de veraneio e turístico.

O município, criado em 1758, de acordo com o censo realizado em 2010, apresentou 242.970 habitantes, com uma densidade demográfica de 309,65 hab./km² (IBGE, 2010). Sua taxa de urbanização é de 95%. A **Figura 1. 29** apresenta a projeção populacional para o município até 2040.

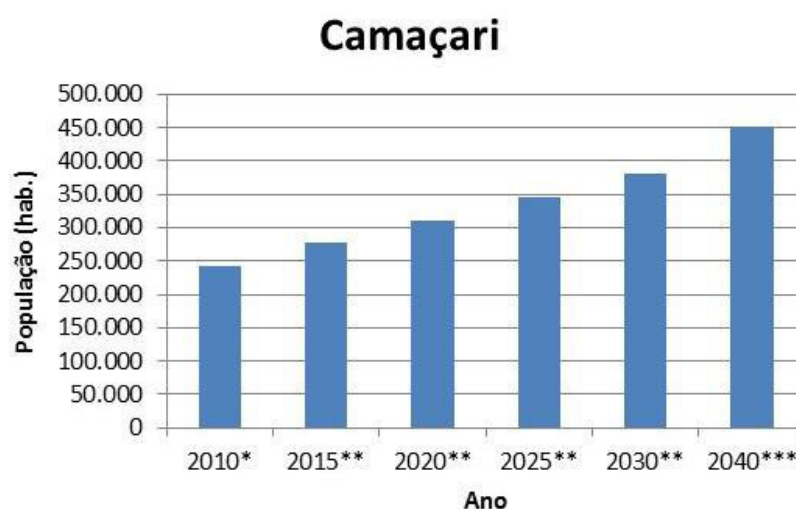


Figura 1. 29 – Projeção Populacional para o Município de Camaçari

Fonte: *IBGE (Censo, 2010); **Projeção da SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, em parceria com a CEDEPLAR/UFGM (2013); ***Projeção de acordo com Geohidro – 2014

O Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDHM) de Camaçari está apresentado na **Figura 1. 30**. Apesar da importância econômica, o IDHM não tem destaque em comparação com o dos demais municípios da área de estudo.

IDHM

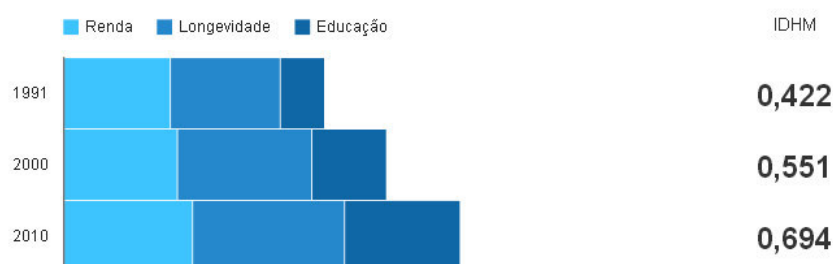


Figura 1. 30 – Composição do IDHM – Município de Camaçari

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2013.

Deve ser enfatizado que o município de Camaçari tem o setor industrial mais importante do estado da Bahia, que comporta o maior complexo industrial integrado do Hemisfério Sul, o Polo Industrial de Camaçari, com diversas atividades mantendo empresas petroquímicas e indústria automotiva, por exemplo (COFIC; PETROBRAS). As informações sobre o Produto Interno Bruto (PIB) do município estão apresentadas no **Quadro 1. 16**.

Quadro 1. 16 – Composição do Produto Interno Bruto (PIB) do Município de Camaçari

SETOR	PIB (VALOR ADICIONADO)
Agropecuária	9.144
Indústria	6.668.836
Serviços	3.458.634

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA. 2010I.

As Unidades de Conservação presentes no município de Camaçari são: APA de Joanes-Ipitanga; e APA da Plataforma Continental do Litoral Norte. De acordo com SEI (2013c), ainda são consideradas áreas especiais protegidas:

- Parque Municipal das Dunas de Abrantes;
- Parque Florestal e Reserva Ecológica Garcia D'Ávila,
- APA do Rio Capivara;
- APA Lagoas de Guarajuba;
- Cinturão Verde (COPEC); e
- RPPN das Dunas.

O município de Camaçari está inserido na Bacia do Recôncavo Norte e Inhambupe (RPGA XI - INEMA, 2013), tendo como principais cursos d'água: rio Jacuípe, rio Joanes, rio Camaçari, rio Capivara Grande e rio Pojuca (SEI, 2013c).

1.3.2.2.13 - Dias D'Ávila

O município de Dias d'Ávila é constituído apenas pelo distrito sede. A partir do desmembramento de Camaçari, o município foi criado pela lei estadual nº 4404, de 25/02/1985. De acordo com o IBGE, em 2010 o município de Dias d'Ávila tinha uma população de 66.440 habitantes. A projeção populacional para o município até 2040 está apresentada pela **Figura 1. 31**.

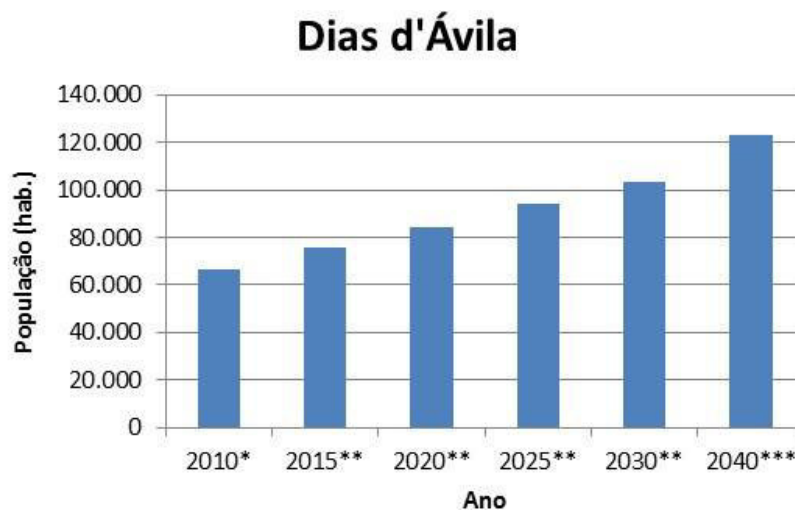


Figura 1. 31 – Projeção Populacional para o Município de Dias d'Ávila

Fonte: *IBGE (Censo, 2010); **Projeção da SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, em parceria com a CEDEPLAR/UFMG (2013); ***Projeção de acordo com Geohidro – 2014.

As informações sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e sobre o Produto Interno Bruto (PIB) do município estão apresentadas na **Figura 1. 32** e no **Quadro 1.17**, respectivamente.

IDHM

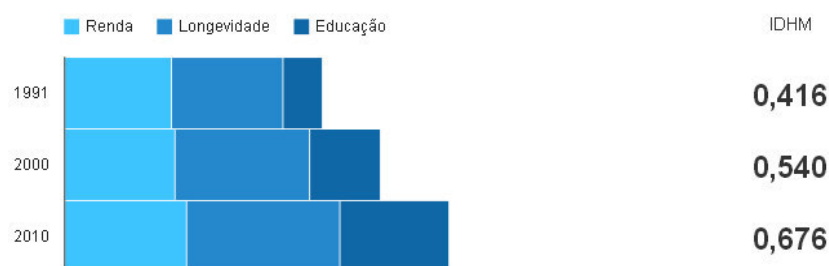


Figura 1. 32 – Composição do IDHM – Município de Dias d'Ávila

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2013.

Quadro 1. 17 – Composição do Produto Interno Bruto (PIB) do Município de Dias d'Ávila

SETOR	PIB (VALOR ADICIONADO)
Agropecuária	1.503
Indústria	1.480.753
Serviços	674.114

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA. 2010m.

Apenas a APA Joanes – Ipitanga abrange o território do município de Dias d'Ávila. O território municipal está inserido na Bacia do Recôncavo Norte e Inhambupe (RPGA XI - INEMA, 2013), tendo como principais rios: rio Jacuípe, rio Joanes, rio Imbassaí, rio Jacumirim e rio Pitanga.

1.3.2.2.14 - Vera Cruz

O município de Vera Cruz fica localizado na ilha de Itaparica. De acordo com o IBGE, o município foi emancipado em 1962. Atualmente, o município possui quatro distritos: Mar Grande, Barra do Gil, Jiribatuba e Cacha Pregos. O censo de 2010 estimou uma população de 37.567 habitantes para o município de Vera Cruz. A projeção populacional para o município está apresentada pela **Figura 1. 33** e a taxa de urbanização atingiu 93,82% em 2010.

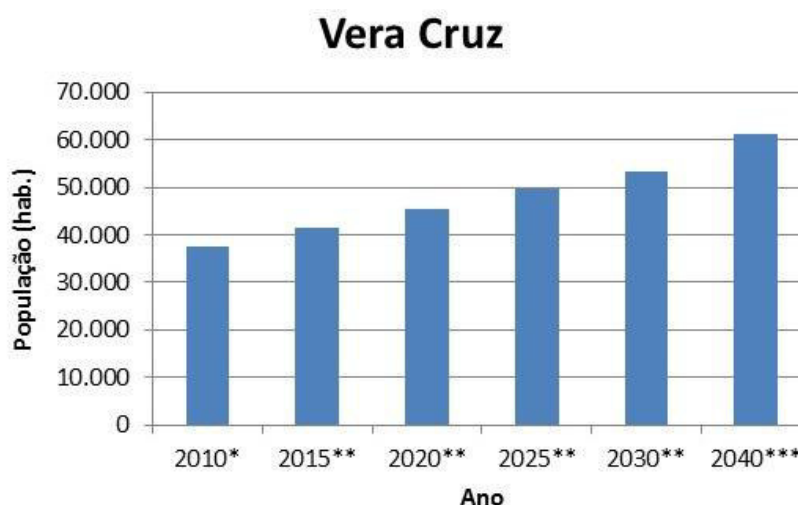


Figura 1. 33 – Projeção Populacional para o Município de Vera Cruz

Fonte: *IBGE (Censo, 2010); **Projeção da SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, em parceria com a CEDEPLAR/UFMG (2013); ***Projeção de acordo com Geohidro – 2014.

As informações sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) e sobre o Produto Interno Bruto (PIB) do município estão apresentadas na **Figura 1. 34** e no **Quadro 1. 18** respectivamente. O setor de serviços se destaca em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) do município, sendo que o turismo, mesmo que sazonal, contribui para a elevação do PIB associado a este setor.

IDHM

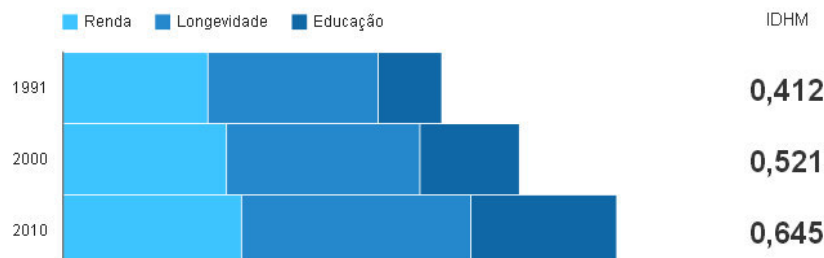


Figura 1. 34 – Composição do IDHM – Município de Vera Cruz

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2013.

Quadro 1. 18 – Composição do Produto Interno Bruto (PIB) do Município de Vera Cruz

SETOR	PIB (VALOR ADICIONADO)
Agropecuária	9.215
Indústria	50.518
Serviços	199.887

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA. 2010n.

A APA Baía de Todos os Santos abrange todo o território de Vera Cruz. Além desta APA cabe destacar a APA Recife das Pinaúnas e o Parque Florestal e Reserva Ecológica da Ilha de Itaparica (SEI, 2013c).

1.3.2.2.15 – Itaparica

De acordo com IBGE, o município de Itaparica foi criado originariamente pelo decreto imperial de 25/10/1831. Em 2010, segundo o IBGE, o município de Itaparica tinha 20.725 habitantes e taxa de urbanização de 100%. A projeção populacional para o município está apresentada pela **Figura 1. 35**.

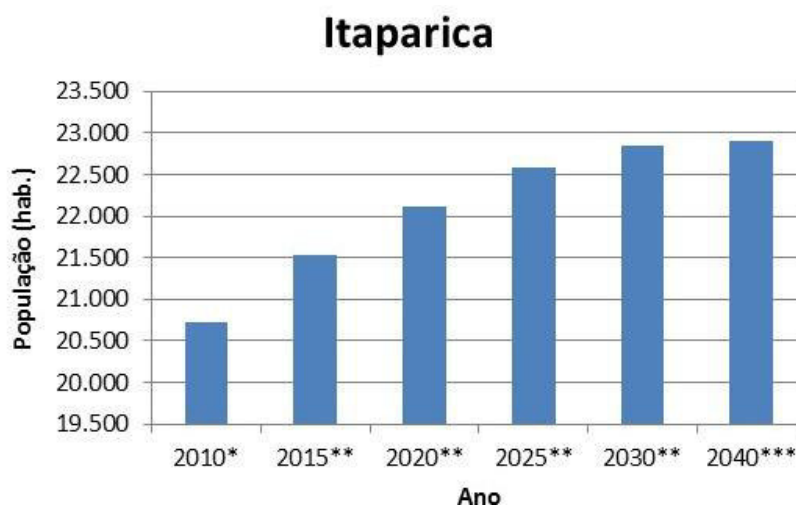


Figura 1. 35 – Projeção Populacional para o Município de Itaparica

Fonte: *IBGE (Censo, 2010); **Projeção da SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, em parceria com a CEDEPLAR/UFMG (2013); ***Projeção de acordo com Geohidro – 2014.

As informações sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e sobre o Produto Interno Bruto (PIB) do município estão apresentadas na **Figura 1. 36** e no **Quadro 1. 19**, respectivamente.

IDHM

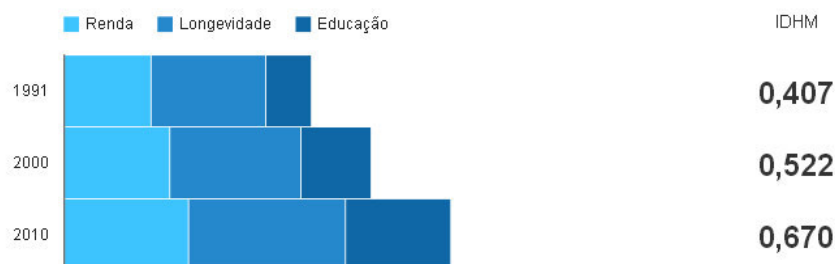


Figura 1. 36 - Composição do IDHM – Município de Itaparica

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2013.

Quadro 1. 19 - Composição do Produto Interno Bruto (PIB) do Município de Itaparica

SETOR	PIB (VALOR ADICIONADO)
Agropecuária	3.336
Indústria	19.564
Serviços	89.704

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA. 2010o.

A APA Baía de Todos os Santos abrange todo o território de Itaparica. Além, desta APA a SEI (2013c) cita a presença da Estação Ecológica da Ilha do Medo.

Itaparica faz parte das Bacias do Recôncavo Sul, tendo com principais cursos d'água: o riacho da Gameleira e o córrego da Penha.

REFERÊNCIAS

BAHIA. Secretaria do Planejamento. Territórios de Identidade. Disponível em: <<http://www.seplan.ba.gov.br/territorios-de-identidade/mapa>>. Acesso em: jun. 2014.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Departamento Nacional de Pesquisa Mineral. Projeto RADAMBRASIL. Levantamento de recursos naturais. Vol. 24. Folha SD 24 – Salvador. Anexo: Legenda de identificação das unidades do mapa exploratório de solos. Rio de Janeiro, 1981.'

CPRM. Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - Serviço Geológico do Brasil. Geodiversidade do Brasil: conhecer o passado, para entender o presente e prever o futuro. Rio de Janeiro, 2008. 264 p. il.

DIAS, P. C. Tendências do crescimento demográfico nas Regiões Econômicas da Bahia entre 1980-2000; 2003; Capítulo; Dinâmica Sociodemográfica da Bahia: 1980-2000; SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia; 1; SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia; Salvador - BA; 85-85976-43-8; 2 volumes, Série Estudos e Pesquisa, p. 119-144.

Geohidro, 2014. Relatório parcial. Fase 1 – Tomo II – Estudos Básicos. Volume 01 – Estudo populacional e demanda. Capítulo 1 – Estudo populacional e demanda do município de Salvador. 100p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.ba.gov.br>>. Acesso em: jun. 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades - Salvador. 2010a. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/economia.php?lang=&codmun=292740&search=bahia|salvador|infogr%E1ficos:-despesas-e-receitas-or%E7ament%E1rias-e-pib>>. Acesso em: jun. 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades – Lauro de Freitas. 2010b. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/economia.php?lang=&codmun=291920&search=bahia|lauro-de-freitas|infogr%E1ficos:-despesas-e-receitas-or%E7ament%E1rias-e-pib>>. Acesso em: jun. 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades – Simões Filho. 2010c. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/economia.php?lang=&codmun=293070&search=bahia|simoes-filho|infogr%E1ficos:-despesas-e-receitas-or%E7ament%E1rias-e-pib>>. Acesso em: jun. 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades - Pojuca. 2010d. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/economia.php?lang=&codmun=292520&search=bahia|pojuca|infogr%E1ficos:-despesas-e-receitas-or%E7ament%E1rias-e-pib>>. Acesso em: jun. 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades – São Sebastião do Passé. 2010e. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/economia.php?lang=&codmun=292950&search=bahia|sao-sebastiao-do-passe|infogr%E1ficos:-despesas-e-receitas-or%E7ament%E1rias-e-pib>>. Acesso em: jun. 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades – Mata de São João. 2010f. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/economia.php?lang=&codmun=292100&search=bahia|mata-de-sao-joao|infogr%E1ficos:-despesas-e-receitas-or%E7ament%E1rias-e-pib>>. Acesso em: jun. 2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades – Candeias. 2010g. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/economia.php?lang=&codmun=290650&search=bahia|candeias|infogr%E1ficos:-despesas-e-receitas-or%E7ament%E1rias-e-pib>>. Acesso em: jun. 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades – São Francisco do Conde. 2010h. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/economia.php?lang=&codmun=292920&search=bahia|sao-francisco-do-conde|infogr%E1ficos:-despesas-e-receitas-or%E7ament%E1rias-e-pib>>. Acesso em: jun. 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades – Madre de Deus. 2010i. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/economia.php?lang=&codmun=291992&search=bahia|madre-de-deus|infogr%E1ficos:-despesas-e-receitas-or%E7ament%E1rias-e-pib>>. Acesso em: jun. 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades – Santo Amaro. 2010j. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/economia.php?lang=&codmun=292860&search=bahia|santo-amaro|infogr%E1ficos:-despesas-e-receitas-or%E7ament%E1rias-e-pib>>. Acesso em: jun. 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades – Saubara. 2010k. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/economia.php?lang=&codmun=292975&search=bahia|saubara|infogr%E1ficos:-despesas-e-receitas-or%E7ament%E1rias-e-pib>>. Acesso em: jun. 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades – Camaçari. 2010l. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/economia.php?lang=&codmun=290570&search=bahia|camacari|infogr%E1ficos:-despesas-e-receitas-or%E7ament%E1rias-e-pib>>. Acesso em: jun. 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades – Dias d'Ávila. 2010m. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/economia.php?lang=&codmun=291005&search=bahia|dias-d%C3%81vila|infogr%E1ficos:-despesas-e-receitas-or%E7ament%E1rias-e-pib>>. Acesso em: jun. 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades – Vera Cruz. 2010n. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/economia.php?lang=&codmun=293320&search=bahia|vera-cruz|infogr%E1ficos:-despesas-e-receitas-or%E7ament%E1rias-e-pib>>. Acesso em: jun. 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades – Itaparica. 2010o. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/economia.php?lang=&codmun=291610&search=bahia|itaparica|infogr%E1ficos:-despesas-e-receitas-or%E7ament%E1rias-e-pib>>. Acesso em: jun. 2014.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. SEDUR – Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia, 2013. Projeto: Governança Metropolitana no Brasil. Relatório de Pesquisa. Caracterização e Quadros de Análise Comparativa da Governança Metropolitana no Brasil: Arranjos Institucionais de Gestão Metropolitana: Região Metropolitana de Salvador. 64 p.

INEMA, 2013. Regiões de Planejamento e Gestão das Águas – RPGA ESTADO DA BAHIA. Plano Estadual de Recursos Hídricos (2004), Resolução CNRH N° 32/2003, Resolução CONERH N° 43/2009, Resolução CONERH N° 88/2012 e Banco de Dados do INEMA (2013).

PARTIDÁRIO, M. R., 1999, Strategic Environmental Assessment - principles and potential, ch 4, in Petts, Judith (Ed.), Handbook on Environmental Impact Assessment, Blackwell, London: 60-73.

PNUD, IPEA e FJP. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Fundação João Pinheiro. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. 2013. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/home/>>. Acesso em: mai. 2014.

SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2010. Relatório 1: Revisão de literatura dos estudos urbanos e regionais recentes. Projeto: Rede urbana do Brasil e da América do Sul. Pesquisa: Dinâmica urbana dos estados. 116p.

SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2013. Estatísticas dos Municípios Baianos [recurso eletrônico] / v. 4, n1. 208p. ISSN 1519-4124

SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2013a. Estatísticas dos Municípios Baianos: Território de Identidade n°18- Litoral Norte e Agreste Baiano [recurso eletrônico] / v.4, n.1. p.1-418 p. ISSN 1984-1183

SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2013b. Estatísticas dos Municípios Baianos: Território de Identidade nº21- Recôncavo [recurso eletrônico] / v.4, n.1. p.1-388. ISSN 1984-1183

SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2013c. Estatísticas dos Municípios Baianos: Território de Identidade nº26- Metropolitano de Salvador [recurso eletrônico] / v.4, n.1. p.1-204. ISSN 1984-1183

SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Publicações**. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: mai. 2014.